



Práticas Pedagógicas para a Igualdade Racial na Educação Infantil

Maria Aparecida Silva Bento

ORGANIZADORA

AUTORES

Angela Barbosa Cardoso Loureiro de Mello

Prof. Ms. Antonio Carlos Malachias

Prof^a Ms. Carolina de Paula Teles Duarte

Daniela Martins Pereira Fernandes

Prof. Dr. Hédio Silva Jr.

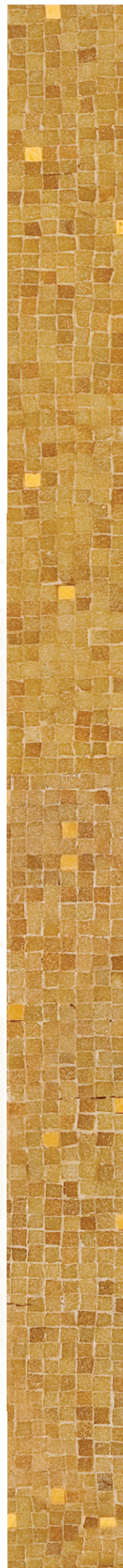
Prof^a Dra. Lucimar Rosa Dias

Márcio José da Silva

Prof^a Dra. Maria Aparecida Silva Bento

Prof^a Dra. Marly de Jesus Silveira

Prof^a Ms. Waldete Tristão Farias Oliveira





EQUIPE DO CEERT

Direção Executiva

Hélio Silva Jr.

Maria Aparecida Silva Bento

Coordenação

Mário Rogério Silva

Shirley Santos

Equipe Técnica

Angela Barbosa Cardoso Loureiro de Mello

Antonio Carlos Malachias (Billy)

Boaventura Martins Sebastião

Carolina de Paula Teles Duarte

Daniel Teixeira

Daniela Martins Pereira Fernandes

Edison da Silva Cornélio

Edna Muniz de Souza

Ellen de Lima Souza

Fernanda de Alcântara Pestana

Jucelino Alves Avelino

Kayodê Ferreira da Silva

Lauro Cornélio da Rocha

Lucimar Rosa Dias

Márcio José da Silva

Maria Elisa Ribeiro

Marly de Jesus Silveira

Sônia Maria Rocha

Vanessa Fernandes de Menezes

Vivian Sampaio

Waldete Tristão Farias Oliveira

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO

Coordenação Geral

Maria Aparecida Silva Bento

Organização e Preparação dos Textos Finais

Hélio Silva Jr.

Maria Aparecida Silva Bento

Shirley Santos

Coordenação Editorial

Myriam Chinalli

Revisão Técnica

Lucimar Rosa Dias

Maria Letícia Nascimento

Rita de Cássia Freitas Coelho

Editoração

Andréa Medeiros da Silva

Angela Barbosa Cardoso Loureiro de Mello

Projeto Gráfico e Diagramação

Andréa Medeiros da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) **(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Práticas pedagógicas para igualdade racial na
educação infantil / Maria Aparecida Silva Bento,
organizadora. -- São Paulo : Centro de Estudos
das Relações de Trabalho e Desigualdade - CEERT,
2011.

Vários autores
Bibliografia.
ISBN 978-85-64702-02-8

1. Educação infantil 2. Ensino 3. Escolas -
Administração e organização 4. Igualdade racial -
Promoção 5. Pedagogia 6. Política educacional
7. Prática de ensino I. Bento, Maria Aparecida Silva.

11-09075

CDD-372.21

Índices para catálogo sistemático:
1. Gestão de ensino e práticas pedagógicas para
a igualdade racial : Educação infantil
372.21





CRÉDITOS DAS FOTOS

P. 01 – Acervo do 5º prêmio Educar para a Igualdade Racial. CEERT – Ensaio para cortejo. Projeto: FESTEJANDO A CULTURA AFRO-BRASILEIRA, realizado na U.E.B. Pastor Estevam Ângelo de Souza. São Luiz/MA

P. 04 e 05 – Acervo do 5º prêmio Educar para a Igualdade Racial. CEERT – Contação de História. Projeto: A ÁFRICA ESTÁ EM NÓS: trabalhando igualdade racial com bebês e crianças bem pequenas, realizado no Centro de Educação Infantil Ver. Rubens Granja. São Paulo/SP

P. 08 – Acervo do 5º prêmio Educar para a Igualdade Racial. CEERT – Mural do livro Menina Bonita do Laço de Fita. Projeto: DIFERENTES SIM, DESIGUAIS NUNCA!, realizado na Escola Municipal Prof. Juarez Costa. Itapeva/SP

P. 11 – Acervo do 5º prêmio Educar para a Igualdade Racial. CEERT – Desfile de Beleza Afro. Projeto: FESTEJANDO A CULTURA AFRO-BRASILEIRA, realizado na U.E.B. Pastor Estevam Ângelo de Souza. São Luiz/MA

P. 19 – Acervo do 5º prêmio Educar para a Igualdade Racial. CEERT – Crianças localizando Guiné Bissau no mapa. Projeto: RODA DE HISTÓRIA: UMA VIVÊNCIA EM GUINÉ BISSAU, realizado na ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EMEI ÂNGELO MARTINO. São Paulo/SP

P. 27 – Acervo do 5º prêmio Educar para a Igualdade Racial. CEERT – Desfile de Beleza Afro – Projeto: A CULTURA AFRO-BRASILEIRA, realizado na U.E.B. Pastor Estevam Ângelo de Souza. São Luiz/MA

P. 32 e 33 – Acervo do 5º prêmio Educar para a Igualdade Racial. CEERT – Crianças confeccionando o Manto. Projeto: FESTEJANDO RODA DE HISTÓRIA: UMA VIVÊNCIA EM GUINÉ BISSAU, realizado na ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EMEI ÂNGELO MARTINO. São Paulo/SP

P. 37 – Acervo do 5º prêmio Educar para a Igualdade Racial. CEERT – Crianças brincando com boneca. Projeto: RODA DE HISTÓRIA: UMA VIVÊNCIA EM GUINÉ BISSAU, realizado na EMEI ÂNGELO MARTINO. São Paulo/SP

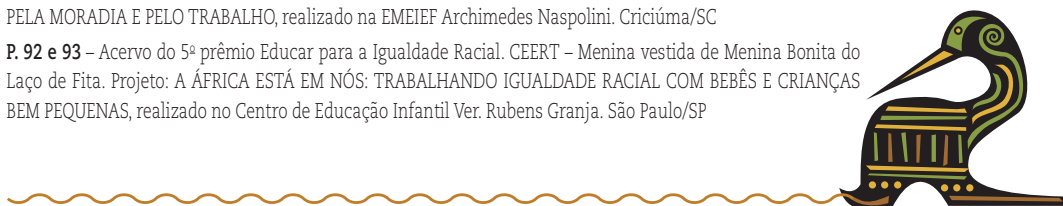
P. 43 – Acervo do 5º prêmio Educar para a Igualdade Racial. CEERT – Exposição de trabalhos na Mostra Cultural. Projeto: RODA DE HISTÓRIA: UMA VIVÊNCIA EM GUINÉ BISSAU, realizado na EMEI ÂNGELO MARTINO. São Paulo/SP

P. 52 e 53 – Acervo do 5º prêmio Educar para a Igualdade Racial. CEERT – Construção de bonecas com sucata. Projeto: DIFERENTES SIM, DESIGUAIS NUNCA!, realizado na Escola Municipal Prof. Juarez Costa. Itapeva/SP

P. 61 – Acervo do 5º prêmio Educar para a Igualdade Racial. CEERT – Exposição do Manto confeccionado pelas crianças. Projeto: RODA DE HISTÓRIA: UMA VIVÊNCIA EM GUINÉ BISSAU, realizado na EMEI ÂNGELO MARTINO. São Paulo/SP

P. 71 – Acervo do 5º prêmio Educar para a Igualdade Racial. CEERT – Crianças desenhando em um pedaço de tecido para compor um trabalho coletivo. Projeto: PANÔS DE SOBREVIVÊNCIA: PEDAÇOS DE VIDAS ENLAÇADAS PELA MORADIA E PELO TRABALHO, realizado na EMEIEF Archimedes Napolini. Criciúma/SC

P. 92 e 93 – Acervo do 5º prêmio Educar para a Igualdade Racial. CEERT – Menina vestida de Menina Bonita do Laço de Fita. Projeto: A ÁFRICA ESTÁ EM NÓS: TRABALHANDO IGUALDADE RACIAL COM BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS, realizado no Centro de Educação Infantil Ver. Rubens Granja. São Paulo/SP









SUMÁRIO

Apresentação:	A educação infantil para uma sociedade sem racismo	9
Profª. Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva		
Profª. Dra. Maria Aparecida Silva Bento		
Capítulo 1 –	Educação Infantil e valorização da diversidade: marcos legais	11
Prof. Dr. Hédio Silva Jr.		
Capítulo 2 –	Diversidade étnico-racial e educação infantil: uma introdução	19
Prof. Dr. Hédio Silva Jr.		
Profª. Dra. Lucimar Rosa Dias	A pedagogia que reforça o preconceito	20
	Entre o silenciamento e as frases de efeito	24
Capítulo 3 –	A diversidade e as desigualdades	27
Profª. Dra. Maria Aparecida Silva Bento		
Profª. Dra. Marly de Jesus Silveira	Diversidade, multiculturalismo e desigualdades	29
	Diversidade e resistência	30
	Diversidade e identidade	34
Capítulo 4 –	Infância e educação étnico-racial: estruturas e singularidades	37
Profª. Ms. Carolina de Paula Teles Duarte		
Prof. Ms. Waldete Tristão Farias Oliveira	Criança: sujeito histórico, social e cultural	38
Capítulo 5 –	Metodologias para a valorização da diversidade étnico-racial na educação infantil	43
Daniela Martins Pereira Fernandes		
Márcio José da Silva		
Profª. Dra. Maria Aparecida Silva Bento		
	1. Conflitos como molas propulsoras na educação infantil	45
	EXPERIÊNCIA 1 – Maracazinho valorizando a cultura afrodescendente	45
	2. Inclusão da temática no projeto político-pedagógico (PPP)	47
	EXPERIÊNCIA 2 – Griot: africanidades na educação infantil	47
	3. Planejamento conjunto das atividades	49
	EXPERIÊNCIA 3 – Vamos brincar no quintal?	49
	EXPERIÊNCIA 4 – Gênero e raça: mala da diversidade – A viagem em busca de nossas raízes	51
	4. Participação da comunidade	52
	EXPERIÊNCIA 5 – Herança: valores civilizatórios afro-brasileiros	53
	EXPERIÊNCIA 6 – Projeto “Griô: contador de histórias”	56
	5. Metodologias que deram certo	57





SUMÁRIO

Experiência 7 – Sensibilizar para a igualdade 57

Observando o conjunto de experiências 58

Capítulo 6 – A gestão comprometida com a igualdade étnico-racial:

Angela Barbosa Cardoso
Loureiro de Mello

Prof. Dr. Hédio Silva Jr.

Prof. Ms. Waldete Tristão
Farias Oliveira

fundamentos da experiência de São Carlos, em São Paulo 61

Gestão: o foco que garante as ações 65

A formação de gestores e profissionais da educação infantil 67

O material pedagógico 68

Interação com a sociedade 68

Condições institucionais 69

Avaliação e monitoramento 70

Capítulo 7 – Contribuições para a implementação de políticas de valorização da

Prof. Ms. Antonio Carlos
Malachias

Prof. Dr. Hédio Silva Jr.

Prof.ª Dra. Lucimar Rosa
Dias

diversidade étnico-racial na educação infantil 71

Pressupostos 72

Campo de incidência 73

Critérios para o estabelecimento de convênios e parcerias 74

O monitoramento e a avaliação da gestão escolar 75

Glossário 78

Fontes múltiplas sobre a temática étnico-racial 82

Bibliografia sobre educação 82

Bibliografia sobre educação infantil 83

Bibliografia sobre cultura afro-brasileira e africana 85

Filmes sobre a temática da discriminação e/ou da promoção da igualdade étnico-racial 86

Onde encontrar os vídeos 87

Centros de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros 87

Organizações negras e instituições que se dedicam ao tema da educação, diversidade e
igualdade étnico-racial 89

Sites estatísticos 90

Páginas eletrônicas sobre a temática étnico-racial 90

Anexo 94



ARIADNE



JOÃO



NATALIA



MATEUS



Educação infantil para uma sociedade sem racismo

Esta publicação visa contribuir para a construção de práticas na educação infantil que promovam a igualdade racial. Este documento é um dos produtos oriundos do projeto **Educar para a igualdade racial: institucionalizando práticas e implementando normas para uma educação livre do racismo**, resultante da parceria entre o MEC/COEDI, o CEERT e o UNICEF¹, com apoio logístico da SECADI na etapa final. O principal objetivo deste material é apresentar subsídios para práticas pedagógicas e de gestão voltadas para a promoção da igualdade racial na educação infantil. Vale ressaltar que a natureza deste material é orientar programas e ações capazes de promover direitos, incidindo efetivamente na vida das crianças, a curto prazo.

Dessa forma, o presente trabalho sistematiza três componentes que foram enriquecidos com a colaboração de especialistas e com o debate coletivo: o aprendizado resultante do estudo do acervo de práticas pedagógicas do prêmio **Educar para a igualdade racial**; a sistematização e a análise de ações e experiências realizadas pela prefeitura de São Carlos, em São Paulo; e o inventário de proposições feitas a partir do estudo realizado pela professora doutora Lucimar Rosa Dias (2008) para o COEDI/MEC².

Tomamos como pressuposto para a produção deste material que o pleno desenvolvimento da pessoa – no contexto de sociedades plurais, multiculturais e plurirraciais –, depende, em grande medida, da capacidade de os sistemas de ensino dialogarem, valorizarem e protegerem os marcos culturais formadores da nacionalidade. Sem isso, está comprometido não o interesse de um ou outro grupo particular, mas a própria qualidade da educação democrática.

A educação infantil pode ser entendida, dentre outros, a partir de dois ângulos distintos e complementares: o primeiro

APRESENTAÇÃO

1 MEC – Ministério da Educação.

COEDI – Coordenação de Educação Infantil.

CEERT – Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

2 DIAS, Lucimar Rosa. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL/CÂMPUS CPTL) *Sugestão de indicadores para formulação de políticas para promoção da igualdade racial na educação infantil*. Projeto Unesco 914 BRA 1095, dez. 2008.



APRESENTAÇÃO

como território em que deve ser assegurada a interação respeitosa e positiva com a diferença. O segundo como instrumento de transformação social no sentido em que forma a primeira infância para valorizar positivamente a diferença, dissociando *diferença* de *inferioridade*, de tal sorte que a médio e longo prazos o preconceito e a discriminação sejam erradicados da sociedade. Isto é, não basta que a educação infantil não seja ela própria uma fonte ou experiência de discriminação. Cabe-lhe também contribuir com uma cultura de respeito recíproco e de convivência harmoniosa entre todos os grupos étnicos, raciais, culturais e religiosos.

No limite, esses são os principais pressupostos que orientam nosso texto, para o qual foi imprescindível a capacidade crítica e formulativa de todos e todas que, de algum modo, colaboraram para esta empreitada.

Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva
Secretária de Educação Básica

Maria Aparecida Silva Bento
CEERT





Capítulo 1

Educação Infantil e valorização da diversidade: marcos legais



“A temática da diversidade étnico-racial é muitas vezes tomada como tema secundário, menos importante, desvinculado da política educacional. No entanto, a alteração da Lei de Diretrizes e Bases pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008 incluiu a diversidade como conteúdo essencial da educação.”

Desde meados do século passado, o Movimento Negro Brasileiro preocupa-se com o papel desempenhado pela educação na reprodução de estereótipos e preconceitos, buscando instituir mecanismos jurídicos de promoção da igualdade racial.

Na realização da Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, promovida pelo Movimento Negro Unificado em conjunto com várias entidades negras de todo o país, em Brasília, em 1986, os participantes aprovaram uma série de proposições que foram inscritas na Constituição de 1988. Tratava-se de um expressivo leque de conquistas jurídicas, dentre as quais a previsão de que o ensino de história deve levar em consideração “a contribuição das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”¹ e o “respeito devido pela educação aos valores culturais”².

No entanto, importantes instrumentos jurídicos da política educacional, dentre eles o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e o Plano Nacional da Educação (2001), foram discutidos e aprovados pelo Congresso Nacional, sem se comprometerem com medidas voltadas para o enfrentamento da diversidade étnico-racial que caracteriza o alunado brasileiro.

A Constituição de 1988 reconhece o caráter multirracial da sociedade brasileira

Na esteira da redefinição do papel da África na formação da nacionalidade brasileira, a Constituinte de 1988 assegurou reconhecimento público a uma obviedade raramente presente na imagem que o país faz de si próprio: a pluralidade étnico-racial da sociedade brasileira.

Especialmente demonstrativos do reconhecimento de que falamos são os preceitos transcritos a seguir:

¹ Constituição Federal, art. 242, § 2º.

² Constituição Federal, art. 210.





- Art. 215, § 1º – O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.
- Art. 216, § 5º – Ficam tombados todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
- Art. 242, § 1º – O ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.
- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - art. 68 - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

São prescrições que não apenas conferiram à ideia de *cidadão* um traço marcadamente plural e diverso, como também reavaliaram o papel ocupado pela cultura indígena e afro-brasileira, no passado e no presente, como elementos fundantes da nacionalidade e do processo civilizatório nacional, ao lado, naturalmente, da cultura de matiz europeu.

Também no que se refere aos tratados internacionais assinados pelos governos brasileiros, o reconhecimento da pluralidade brasileira está assegurado, conforme pode ser observado nos preceitos transcritos a seguir:

Convenções internacionais

Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino, promulgada pelo Decreto 63.223, de 6 de setembro de 1968:

- Art. 1º – Para os fins da presente convenção, o termo “discriminação” abarca qualquer distinção, exclusão, limitação ou preferência que, por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião pública ou qualquer outra opinião, origem nacional ou social, condição econômica ou nascimento, tenha por objeto ou efeito





destruir ou alterar a igualdade de tratamento em matéria de ensino e, principalmente:

- a. privar qualquer pessoa ou grupo de pessoas do acesso aos diversos tipos ou graus de ensino;*
- b. limitar a nível inferior a educação de qualquer pessoa ou grupo;*
- c. sob reserva do disposto no artigo 2 da presente Convenção, instituir ou manter sistemas ou estabelecimentos de ensino separados para pessoas ou grupos de pessoas; ou*
- d. de impor a qualquer pessoa ou grupo de pessoas condições incompatíveis com a dignidade do homem.*

Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto 99.710, de 21 de novembro de 1990:

- *Art. 19, § 1º – Os Estados Partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.*
- *Art. 28, § 1º – Os Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e, a fim de que ela possa exercer progressivamente e em igualdade de condições esse direito, deverão especialmente:*

2. Os Estados Partes adotarão todas as medidas necessárias para assegurar que a disciplina escolar seja ministrada de maneira compatível com a dignidade humana da criança e em conformidade com a presente Convenção.

- *Art. 29, § 1º – Os Estados Partes reconhecem que a educação da criança deverá estar orientada no sentido de:*
 - a. desenvolver a personalidade, as aptidões e a capacidade mental e física da criança em todo o seu potencial;*
 - b. imbuir na criança o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, bem como aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas;*





- c. *imbuir na criança o respeito aos seus pais, à sua própria identidade cultural, ao seu idioma e seus valores, aos valores nacionais do país em que reside, aos do eventual país de origem e aos das civilizações diferentes da sua;*
- d. *preparar a criança para assumir uma vida responsável numa sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e pessoas de origem indígena.*

Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, ratificada pelo Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007.

- *Art. 2º, item 3 - A proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais pressupõem o reconhecimento da igual dignidade e o respeito por todas as culturas, incluindo as das pessoas pertencentes a minorias e as dos povos indígenas.*

Leis ordinárias

Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069, de 13 de julho de 1990:

- *Art. 15 – A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.*
- *Art. 16 – O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:*
 - III – crença e culto religioso.*
 - V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.*
- *Art. 17 – O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.*
- *Art. 18 – É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.*





Lei de Diretrizes e Bases da Educação, arts. 26-A e 79-B:

- *Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.*

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

- *Art. 79-B. – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.*

Merece atenção o fato de que o artigo 26-A situa-se no capítulo da educação básica, abrangendo a educação infantil, além do ensino fundamental e médio.

Um destaque fundamental é que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.¹ Cristalina, incisiva e eloquente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, lei 9.394, assim, se refere a um dos principais objetivos da educação infantil.

Também a Constituição Federal emprega a expressão “pleno desenvolvimento da pessoa”² ao estabelecer as funções a serem exercidas pela educação.

¹ Transcrição literal do art. 29 da LDB.

² Constituição Federal, art. 206.





No plano das normas internacionais, há poucos anos o Brasil ratificou a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais¹, que situa a identidade cultural como direito fundamental da pessoa humana.

1. Isso quer significar que, num país plural como o Brasil, a valorização da diversidade étnico-racial na educação atende a três propósitos principais: Assegurar o pleno desenvolvimento psíquico e emocional da criança negra e indígena, na medida em que tal fato contribui para a diminuição do etnocentrismo estabelecido pelo espaço escolar em detrimento dos não-brancos;
2. Colaborar para a melhoria do desempenho escolar dos membros dos grupos afetados pelos conteúdos e práticas etnocêntricos;
3. Assegurar a qualidade do serviço público de educação.

“A diversidade não representa um conteúdo que interessa apenas a negros ou indígenas: tem a ver diretamente com a qualidade da educação, e, portanto, diz respeito a toda a sociedade.”

Declarações internacionais

A *declaração*, uma espécie de ato internacional, não possui a força normativa dos tratados (ou convenções) internacionais, mas nem por isso ocupa lugar desimportante na galeria dos princípios que regem o direito internacional.

Deliberações de reuniões internacionais promovidas pelas Nações Unidas, a exemplo da Declaração e do Programa de Ação da Conferência de Durban, embora não tenham força de lei – isto é, não vinculem, nem obriguem juridicamente o Estado aderente –, obrigam-no moralmente e devem servir como parâmetros para a interpretação do direito internacional e do direito interno. Por essa razão, vale a pena uma leitura do anexo I contendo formulações da Declaração e do Programa de Ação da Conferência de Durban.

Mais do que punir, podemos e devemos prevenir. Mais do que combater a discriminação, devemos promover a igualdade, conforme parecer elaborado pela professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva², aprovado por unanimidade pelo Conselho Nacional de Educação³, que inclusive encontra ressonância em texto das novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil⁴.

1 Decreto 6.177, de 1º de agosto de 2007.

2 Parecer CNE/CP, 003/2004.

3 Resolução 1, de 17 de junho de 2004.

4 Resolução CNE/CEB 5, de 17 de dezembro de 2009.





Desde muito pequenas, as crianças devem ser mediadas na construção de uma visão de mundo e de conhecimento como elementos plurais, formar atitudes de solidariedade e aprender a identificar e superar preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem enquanto pessoas. Poderão assim questionar e romper com formas de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa, existentes em nossa sociedade e recriadas na relação dos adultos com as crianças e entre elas.

Com isso, as crianças podem e devem aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais, adquirir valores como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a integridade individuais, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos enfraquecidos e vulneráveis política e economicamente.

O grande desafio de uma política pública voltada para a promoção da igualdade racial desde a infância passa, portanto, pela conjugação de esforços da União, dos Estados e dos Municípios no sentido de assegurar a definição dos parâmetros curriculares, a sistematização e a disponibilização das fontes bibliográficas, o desenvolvimento de uma metodologia para a capacitação dos professores e a edição de materiais educativos destinados a professores, alunos e familiares.

Ao Movimento Negro, principal construtor das conquistas aqui assinaladas, cabe cobrar políticas e ações dos poderes públicos e disponibilizar quadros preparados técnica e politicamente para fazer avançar a luta por uma educação voltada para a igualdade racial.

É justo pensar, pois, que, mais do que disseminar um possível sentimento de tolerância, o sistema educacional pode e deve formar os indivíduos para a valorização da diversidade humana, tomando-a em sua devida dimensão – um dos maiores patrimônios da humanidade – e vivenciando-a em sua grandiosidade e plenitude.





Capítulo 2

Diversidade étnico-racial e educação infantil: uma introdução



“O corpo é um elemento fundamental na questão da identidade, pois a relação que a criança estabelece com seu corpo, sede de sua identidade, pode ser marcada pela rejeição que a professora e as outras crianças têm desse corpo. Se for um corpo rejeitado, a criança também se sentirá mal com esse corpo, terá uma alteração em sua autoestima.”

A pedagogia que reforça o preconceito

Durante a educação infantil, as crianças começam a perceber as diferenças e semelhanças entre os participantes de seu grupo, a reconhecer as próprias características e potencialidades e, dependendo dos recursos afetivos e sociais que lhe forem oferecidos, esse processo pode ser mais positivo ou mais negativo para a constituição de sua identidade. Segundo Bento (2003)¹, a identidade está fortemente marcada pela relação que estabelecemos com nosso grupo, com o *out-group* – o grupo “de fora” – e, particularmente com nosso próprio corpo, já que a nossa psique existe dentro de um corpo. Nesse processo vamos construindo representações sobre nós e sobre o outro.

No Brasil, as representações do corpo negro estão marcadas por estereótipos negativos. Esses estereótipos são difundidos amplamente pelos meios de comunicação. Assim, cria-se e difunde-se a idéia de um corpo feio, promíscuo, sujo, malcheiroso e portador de um cabelo ruim. Isso gera vergonha na criança negra, afeta sua autoestima. Muitas vezes a vergonha, o desconforto do pertencimento racial aparece na educação infantil e acompanha toda a vida escolar das crianças negras.

Um corpo negro, segundo Oliveira e Abramowicz (2010) tende a ser rejeitado segundo uma norma de negação do diferente em relação ao modelo estético de beleza e saúde convencionalmente estipulado como “padrão” a ser seguido. As autoras salientam que a escola pública se funda sobre dois princípios básicos: a disciplina e o higienismo. Nesse contexto, as práticas sociais e discursivas colocaram o negro no lugar de “mal-cheiroso” e do “indisciplinado”. O racismo, na pequena infância, incide diretamente sobre o corpo, na maneira pela qual ele é construído, acariciado ou repugnado (OLIVEIRA; ABRAMOWICZ, 2010, p. 220).

¹ BENTO, Maria Aparecida Silva & CARONE, Iray (orgs.). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2003.





Sentindo-se desaprovadas naquilo que são, atingidas em sua subjetividade, muitas crianças negras experimentam fortes sentimentos de auto-rejeição e de rejeição pelos outros negros.

Por outro lado, podem explicitar o desejo de serem brancas, já que o grupo branco foi inventado e difundido como grupo superior, mais belo, forte e competente.

Essa contradição não se configura no que podemos considerar um bom caminho para assegurar o pleno desenvolvimento das crianças. Para criar uma estrutura psíquica harmoniosa, é necessário que o corpo seja vivido e pensado como local e fonte de vida e prazer. As situações de sofrimento que o corpo impõe a cada pessoa precisam ser reelaboradas e esquecidas¹.

Só dessa forma é possível continuar a amar e cuidar daquilo que é, por excelência, condição de sua sobrevivência. Por essa razão, nossas sociedades, e particularmente nossas escolas, precisam se estruturar de forma tal que possibilitem às crianças uma multiplicidade de modos de ser, de possibilidades culturais diversas, que favoreçam a construção de novas experiências e representações do ser negro, branco e indígena. Essas novas representações podem incidir e influenciar todo o ambiente escolar.

Pesquisas² apontam que já nessa etapa da educação, quando se trata de distinguir quem são as crianças *fáceis* e *difíceis* para se trabalhar, as professoras tendem a classificar como *difíceis*, em sua maioria, as crianças negras, principalmente os meninos negros. Essas crianças recebem atributos pautados em um comportamento social considerado negativo, tais como “custa mais pra aprender a dividir os objetos”; “ele é terrível, não para, não fica quieto”; “agitado”; “agressivo”; “teimoso”; “muito levado”; “impõe aquilo que quer, com agres-

“Sentindo-se desaprovadas naquilo que são, atingidas em sua subjetividade, muitas crianças negras experimentam fortes sentimentos de auto-rejeição e de rejeição pelos outros negros.”

1 BENTO, Maria Aparecida Silva. *Resgatando a minha bisavó* – Discriminação racial e resistência na voz dos trabalhadores negros (dissertação de mestrado). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

2 SILVA, Vera Lúcia Neri da. *Os estereótipos racistas nas falas de educadoras infantis – Suas implicações no cotidiano educacional da criança negra* (dissertação de mestrado em educação). Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2002, p. 138.





“Comportamentos considerados inadequados, quando realizados por crianças negras, podem ser qualificados como positivos se feitos por crianças brancas.”

sividade”; “quando está com muita raiva, ele se isola” etc. As crianças *fáceis* – em sua maioria meninas brancas – recebem atributos como “espertas”, “bem comportadas”, com “bom desenvolvimento” etc.

Comportamentos considerados inadequados, quando realizados por crianças negras, podem ser qualificados como positivos se feitos por crianças brancas. Uma das professoras entrevistadas por Vera Lúcia Neri da Silva (2002)¹ classificou como *difícil* uma criança negra pelo fato de ela “sempre querer fazer tudo” (querer auxiliá-la na sala). Entretanto, esse mesmo atributo foi usado como *positivo* ao se referir a uma criança branca, “fácil de lidar”.

Tais apontamentos indicam que as representações que as professoras possuem sobre os negros colaboram para o desenvolvimento de práticas discriminatórias, mesmo que isso ocorra sem que se perceba. As instituições educacionais podem, a partir dessas concepções, oferecer à criança negra e à branca oportunidades de desenvolvimento social, cognitivo e educacional diferentes e desiguais, proporcionando às crianças negras uma autorreferência negativa, pois

[...] no convívio com os estereótipos negativos, as crianças aprendem a internalizar sentimentos positivos ou negativos sobre si mesmas, e a professora é uma das principais pessoas que vai lhes possibilitar “informações” sobre como e o quê elas são, a partir do fornecimento dos principais dados sobre seu desenvolvimento, suas capacidades e habilidades (SILVA, 2002, p. 139).

Diferenças de tratamento como essas também foram observadas por Oliveira² com crianças bem pequenas, conforme esse exemplo emblemático:

1 Idem.

2 OLIVEIRA, Fabiana de. *Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?* (dissertação de mestrado em educação). São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 2004.

Durante qualquer refeição, Vagner (negro, 1 ano) era posto no cadeirão, pois, de acordo com Marli, “ele não dá sossego” (...). Igor (branco, 1 ano) não fazia nada menos terrível que Vagner. As travessuras realizadas pelos dois eram as mesmas: empurrar berços, subir em cima da mesa, arrastar as cadeiras, bater nos colegas etc. No entanto, o diferencial entre eles era a cor (OLIVEIRA, 2004, p. 122).





O episódio sugere que as crianças, desde tenra idade, têm elementos para perceber diferenças nas reações, podendo associá-las ao pertencimento racial. Muitas vezes, as crianças negras não recebem a mesma atenção que as brancas.

Na educação infantil a gente já sentiu essa questão da diferença do tratamento dos profissionais em relação à criança negra e à criança branca. [...] As crianças negras não têm tanto colo, chamego, aconchego como as crianças brancas (DIAS, 2007, p. 250).

Esse é um elemento fundamental na questão da identidade, pois a relação que a criança estabelece com seu corpo, sede de sua identidade, pode ser marcada pela rejeição que a professora e as outras crianças apresentam em face desse corpo. Se for um corpo rejeitado, a criança também se sentirá mal com este corpo, terá uma alteração em sua autoestima. Podemos averiguar isto, no comportamento de crianças brancas em relação a crianças negras, conforme uma professora relatou:

A criança falou: “Não quero essa menina perto de mim [...] essa neguinha perto de mim” (na festa junina). “Ah, não quero dançar com ela (criança negra)”. A criança não diz especificamente por que não quer dançar... mas você tem que ter jogo de cintura como professora para montar os pares de maneira que a criança negra seja bem aceita como par.

[...] Às vezes ela (a criança negra) não é convidada para fazer parte da brincadeira. São poucos os que a chamam, os que a convidam. Elas (as crianças brancas) dão preferência às outras crianças brancas para ficar brincando (idem, p. 277-8).

Essa ocorrência nos ajuda a entender por que a maioria das professoras de educação infantil que participaram do prêmio **Educar para a igualdade racial** começou a desenvolver experiências a partir dos conflitos que surgem entre as crianças.

Com efeito, crianças em idade de educação infantil ouvidas pela pesquisadora Eliete de Godoy (1996)¹ já apresentavam opiniões sobre as razões pelas quais pessoas nascem negras e outras brancas. Algumas afirmaram: “porque é assim na

“Muitas vezes, as crianças negras não recebem a mesma atenção que as brancas.”

1 GODOY, Eliete A. de. A representação étnica por crianças pré-escolares. In: *IV Simpósio Internacional de epistemologia Genética*, 1996, Águas de Lindóia. XIII Encontro Nacional de professores do PROPRE, 1996.





“É fundamental que saibam explicar para as crianças que as diferenças fazem parte da história da humanidade e não significam inferioridade.”

barriga da mãe”; “porque veio do céu assim” ou ainda “porque bebe muito café”. Nessas falas as crianças não expressaram julgamentos ou preferência por determinada tonalidade. No entanto, no mesmo estudo, algumas crianças disseram que “[...] o preto e o branco não combinam, só cor repetida combina, branco com branco, preto com preto”. Ou seja, apresentam concepções negativas sobre a convivência entre os grupos étnico-raciais.

Tal cenário revela que é essencial que as professoras estejam preparadas para lidar com a questão das diferenças, em especial relacionadas ao pertencimento racial, tanto com as crianças quanto com suas famílias. Também é fundamental que saibam explicar para as crianças que as diferenças fazem parte da história da humanidade e não significam inferioridade.

Entre o silenciamento e as frases de efeito

As atitudes racistas, se não problematizadas pela professora com a totalidade dos alunos, podem potencializar discriminações e preconceitos em relação às crianças negras. Observemos o relato:

A gente teve a ideia de fazer um painel da etnia no corredor [...] como se fosse uma boneca segurando esse painel. [...] A boneca era negra. Aí uma criança (de 3 anos) falou: “Nossa, mas que boneca feia”. Eu falei: “Você achou ela feia?”. “Achei”. “Por quê?” “Ah! porque se parece com você (professora negra), parece com a Cintia, e ela foi falando... citou a mim e todos os nomes das crianças negras da sala” (DIAS, p. 269, 2007).

Essas atitudes, sem interferência das professoras, podem ocasionar o afastamento, a recusa, por parte das crianças brancas, de querer brincar com as crianças negras. Como relatado por outra professora, uma menina se recusava a brincar no parque, alegando que, se ficasse ao sol, poderia ficar preta, e ela não queria. Ser negro significava algo ruim, negativo, a ponto de ela se recusar a brincar com os colegas no parque.

Para evitar comportamentos racistas, não adianta que as professoras usem frases de efeito, muito comuns no meio edu-





cacional, como: “Para mim, as crianças são iguais”, “Trato todos do mesmo jeito”, “Aqui, na sala, não tem diferença de cor”, “Nem percebo a cor dos meus alunos”, “Não presto atenção se tem preto ou branco na sala”. E muito menos silenciarem diante de situações como a relatada por Carla (negra, 5 anos): “as crianças me xingam de preta que não toma banho [...] Ficam me xingando de preta cor de carvão. Ela me xingou de preta fedida. Conteí para a professora e ela não fez nada”.

Calando-se, as professoras acabam contribuindo para a perpetuação de práticas discriminatórias, colaborando para que, de um lado, crianças negras, em sua maioria, cresçam tímidas, temerosas e envergonhadas de si mesmas, e, de outro lado, as instituições educacionais continuem sendo ambientes que não as acolhem, negando insistentemente sua história e cultura, sem protegê-las contra a violência da discriminação e do preconceito raciais. Acrescente-se a isso o fato de que o silêncio colabora para que crianças brancas cresçam acreditando na superioridade que a brancura lhes possibilita.

Oliveira e Abramowicz (2010)¹ destacam outro aspecto que nos parece fundamental: o fato de que, na creche, *paparicação* (termo utilizado inicialmente por Ariès, 1981) corresponde a uma prática ou a um tratamento diferenciado (positivamente) em relação às crianças, justamente por algumas ganharem esse privilégio e outras não. Elas enfatizam que as crianças negras frequentemente não ganhavam *paparicação*, tendo em vista um processo de exclusão que não era entendido como ato de segregação, mas apenas como o recebimento de um carinho diferenciado, com menor *paparicação*. O problema racial apareceu na relação das professoras com as crianças negras na forma da “exclusão” de certa *paparicação*, que ocorria com determinadas crianças. As negras estavam, na maior parte do tempo, “fora”, em situações como: contato físico em determinados momentos, recebimento de elogios relacionados à beleza e ao “bom comportamento” e estabelecimento de estereótipos na relação entre a professora e a criança negra.

“Calando-se, as professoras acabam contribuindo para a perpetuação de práticas discriminatórias, colaborando para que, de um lado, crianças negras, em sua maioria, cresçam tímidas, temerosas e envergonhadas de si mesmas, e, de outro lado, as instituições educacionais continuem sendo ambientes que não as acolhem.”

1 OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e *paparicação*, *Educação em Revista*. Belo Horizonte: v.26, n. 2, p.2009-226, ago.2010.





Com base nesses relatos, podemos considerar que a educação para a igualdade étnico-racial requer uma combinação de ações que coloquem em prática os ideais de uma sociedade mais justa e democrática, em que as crianças negras e indígenas tenham direito a seu pleno desenvolvimento. O papel das professoras torna-se fundamental no sentido de assegurar o direito à educação de qualidade a todas as crianças.

Neste sentido, apresentamos adiante, no capítulo 5, estudo realizado pelo CEERT, em parceria com o MEC/COEDI e o UNICEF, em que nos debruçamos sobre as experiências de educação infantil que foram premiadas ao longo de quatro edições do prêmio **Educar para a igualdade racial**, pertencentes, pois, ao acervo do CEERT, buscando aprender com elas.





Capítulo 3

A diversidade e as desigualdades



“A diversidade é menos para ser pensada e mais para ser sentida. Diversidade trata dos afetos e das atitudes. Está no território de aceitação do que é considerado “diferente”, “diverso”.”

O termo *diversidade*, tão utilizado nos documentos e nos debates referentes à educação, costuma ser entendido como *variedade*, *pluralidade* e *diferença*. A diversidade é frequentemente associada a línguas e linguagens, culturas, cor da pele e outras características físicas.

No entanto, segundo Muniz Sodré¹, *diversidade* é mais do que variedade de aparências, é a existência de valores atribuídos a determinadas aparências, gerando estigma, estereótipo, preconceito e discriminação, ou seja, pressupõe julgamento de valor. O diverso, o diferente, é definido a partir da comparação com o que é considerado “a referência”, “o universal”, que, por ser “modelo”, se considera superior.

Nesse sentido, a outra face da diversidade é a *referência*, a hegemonia exercida por aquele que não é considerado nem se considera diverso, ou seja, daquele havido como “par”, o “mesmo”, o “universal”. Ou seja, a necessidade de valorização da diversidade explicita a existência de processos de negação da multiplicidade de histórias, de trajetórias, de culturas dos grupos humanos.

Outro aspecto muito importante da palavra *diversidade*, salientado por Muniz Sodré², é o fato de ela ser abordada no território do cognitivo, ou seja, falamos em “pensar a diversidade”, “entender a diversidade”, em “distinguir as diferenças”. Para Sodré, a diversidade deveria estar mais no território do sentir. A diversidade é menos para ser pensada e mais para ser sentida. Diversidade trata dos afetos e das atitudes. Está no território de aceitação do que é considerado “diferente”, “diverso”. Diversidade remete à imediaticidade, à proximidade, portanto também é física. Trata-se da convivência entre grupos humanos com diferentes histórias, trajetórias, religiões, culturas e linguagens.

1 SODRÉ, Muniz. *Invenção do contemporâneo: a ignorância da diversidade*, 2007.

2 Idem





Diversidade, multiculturalismo e desigualdades

O conceito de *diversidade* compartilha várias dimensões com o conceito de *multiculturalismo*. Ambos podem ser invocados com o objetivo de relativizar ou minimizar o legado do racismo e da injustiça social.

Em sua origem, o multiculturalismo aparece como princípio ético que orienta a ação de grupos culturalmente dominados. Falar de multiculturalismo é falar do jogo das diferenças, cujas regras são definidas nas lutas sociais por atores que, por uma razão ou outra, experimentam o gosto amargo da discriminação e do preconceito no interior das sociedades em que vivem.

No Brasil, quando se fala em ação afirmativa para negros e mulheres, logo surge a pergunta: “E os outros discriminados?”. Muitas vezes essa pergunta surge para paralisar e esvaziar a luta por ações afirmativas e cotas. O subtexto deste questionamento é a falsa premissa segundo a qual todos somos discriminados, todos somos contra a discriminação e, portanto, precisamos de políticas para todos. Ou seja, a diversidade no Brasil é frequentemente utilizada para relativizar o peso da luta contra a discriminação e pela promoção da igualdade de direitos.

Numa resposta instigante, alguns grupos excluídos vêm ressignificando a expressão *diversidade* e utilizando-a como força aglutinadora no caminho pela democratização das relações sociais. No território da educação, importantes segmentos do movimento social vêm debatendo conjuntamente a discriminação racial, de gênero, de idade, de pessoa com deficiência, de orientação sexual, fazendo um esforço para encontrar territórios de atuação conjunta. Esse processo é ambivalente, contraditório, gerador de tensão entre os grupos, mas vem se afirman-

“Falar de multiculturalismo é falar do jogo das diferenças, cujas regras são definidas nas lutas sociais por atores que, por uma razão ou outra, experimentam o gosto amargo da discriminação e do preconceito no interior das sociedades em que vivem.”





“No território da educação, importantes segmentos do movimento social vêm debatendo conjuntamente a discriminação racial, de gênero, de idade, de pessoa com deficiência, de orientação sexual, fazendo um esforço para encontrar territórios de atuação conjunta.”

do como marco político no enfrentamento da discriminação e na defesa da igualdade de oportunidade e tratamento. Essa conexão dos diversos movimentos sociais se explicita em momentos importantes da história da democratização da educação no país, como na Conferência Nacional de Educação Básica (2009)¹. Dessa forma, os movimentos sociais usam a expressão *diversidade* de outra maneira, como manifestação de *resistência*.

Diversidade e resistência

O professor Luis Gonçalves² destaca que desde 1950 temos iniciativas no sentido de enfrentar o racismo e valorizar a cultura afro-brasileira na seara educacional.

Esse processo vem crescendo de maneira não linear, com um salto significativo na década de 1970, e, posteriormente, no centenário da abolição da escravidão, quando ocorreu uma onda de publicações sobre o assunto.

Na realização da “Convenção Nacional do Negro pela Constituinte” (promovida pelo Movimento Negro Unificado em conjunto com várias entidades negras de todo o país, em Brasília, em 1986), a militância aprovou uma série de proposições que terminaram sendo inscritas na Constituição de 88. Trata-se de um expressivo leque de conquistas jurídicas, dentre as quais a previsão de que o ensino de história deve levar em consideração “a contribuição das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”³ e o “respeito devido pela educação aos valores culturais”⁴.

No ano de 1995 os principais jornais do país noticiavam a mais notável manifestação contemporânea de rua organizada pelo Movimento Negro brasileiro: a Marcha Zumbi dos Palmares, Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, que, no dia 20 daquele mês, mobilizou cerca de trinta mil pessoas em Brasília, ocasião na qual os coordenadores do evento reuniram-se com o presidente da república, entregando-lhe um documento pactuado entre as principais organizações e lideranças negras do país. No documento da “Marcha” pode-se ler: “Com efeito, o impacto do modelo educacional brasileiro sobre o povo negro é caracterizado por sistemáticos atentados à dignidade humana. (...) De outro lado, a inculcação de imagens estereo-

1 Conferência Nacional da Educação Básica. 2009, Ministério da Educação (Confirmar com Hédio)

2 GONÇALVES, Luis Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

3 Constituição Federal, art. 242, § 2º.

4 Constituição Federal, art. 210.





tipadas induz a criança negra a inibir suas potencialidades, limitar suas aspirações profissionais e humanas e bloquear o pleno desenvolvimento de sua identidade racial. Cristaliza-se uma imagem mental padronizada que diminui, sub-representa e estigmatiza o povo negro, impedindo a valoração positiva da diversidade étnico-racial, bloqueando o surgimento de um espírito de respeito mútuo entre negros e brancos e comprometendo a idéia de universalidade da cidadania”.¹

Formulações interessantes sobre educação e igualdade racial também constaram do documento brasileiro apresentado na III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, em 2001.

Neste ínterim, importantes instrumentos jurídicos da política educacional, dentre eles o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e o Plano Nacional da Educação (2001), foram discutidos e aprovados pelo Congresso Nacional sem se comprometerem com medidas voltadas para o enfrentamento da diversidade étnico-racial que caracteriza o alunado brasileiro.

Quinze anos se passaram da promulgação da Constituição de 1988 até que fosse promulgada, em janeiro de 2003, uma lei cuja principal função consiste em regulamentar o referido artigo da Constituição que se ocupa da diversidade étnico-racial na educação. Com a nova redação dada pela lei 10.639, a LDB passou a ter pelo menos duas regras diretamente preocupadas com a temática étnico-racial, conforme veremos adiante. Em 2005, outra vez o Congresso Nacional alterava a LDB, agora por meio da lei 11.645, inserindo a temática da cultura indígena no mesmo patamar que aquela de raiz afro-brasileira.

Trata-se de um processo que configura verdadeira resposta do Movimento Negro brasileiro ao que Fúlvia Rosenberg (1986) denominou “a trajetória acidentada da criança negra na escola”, na qual se observa a hostilidade com que o sistema educacional trata as crianças negras. Destacam-se aí as imagens produzidas sobre a criança negra e sobre seu povo, os silêncios, o não reconhecimento de sua cultura e o impacto deste vazio na identidade da criança.

1 Por uma Política de Combate ao Racismo e à Desigualdade Racial: *Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida*. Brasília: Cultura Gráfica e Editora Ltda. 1996, p. 23 e 26.









“Esse quadro de violação de direitos requer que os profissionais da infância estejam atentos ao exposto nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.”

Esse quadro de violação de direitos requer que os profissionais da infância estejam atentos ao exposto nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, cuja função sociopolítica e pedagógica é descrita nos seguintes termos:

[...] requer oferecer as melhores condições e recursos construídos histórica e culturalmente para que as crianças usufruam de seus direitos civis, humanos e sociais e possam se manifestar e ver essas manifestações acolhidas, na condição de sujeito de direitos e de desejos. Significa, finalmente, considerar as creches e pré-escolas na produção de novas formas de sociabilidade e de subjetividades comprometidas com a democracia e a cidadania, com a dignidade da pessoa humana, com o reconhecimento da necessidade de defesa do meio ambiente e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa que ainda marcam nossa sociedade.

Nesse contexto, atuam ainda mecanismos utilizados para invalidar as experiências e histórias culturais de estudantes negros e indígenas, afetando profundamente suas identidades, gerando baixa autoestima, e provocando sentimento de superioridade nas crianças brancas.

Diversidade e identidade

Segundo Janet Helms (1990)¹, *identidade racial* é:

um sentimento de identidade coletiva ou grupal, baseado em uma percepção de estar compartilhando uma herança racial comum com um grupo racial particular [...]. É um sistema de crenças que se desenvolve em reação a diferenciais percebidos no pertencimento a grupos raciais.

Em sociedades como a nossa, em que o pertencimento a um grupo racial é enfatizado, o desenvolvimento da identidade racial ocorrerá de alguma forma com qualquer pessoa. Dada a situação desigual entre brancos e negros, não é surpresa que esse processo de desenvolvimento se desdobre de diferentes maneiras.

Branco e negro vivenciaram trajetórias muito diferenciadas, herdaram benefícios e prejuízos (concretos e simbólicos) de um mesmo processo histórico. E essa herança se reflete objetivamente nas diferentes condições de vida de negros e brancos, e também subjetivamente, na maneira como se vêem

1 HELMS, Janet E. *Black and white racial identity: theory, research and practice*. New York, Greenwood Press, 1990.





ou são vistos, na maneira como se sentem com relação a si próprios e aos outros.

Nesse processo, as diferenças reais ganham outra dimensão, porque é a tomada de consciência das diferenças, e não as diferenças, o que leva à construção da identidade étnica (Teixeira, 1992)¹.

A educação comprometida com a diversidade

Como nos evidencia Silveira (2002), a educação orientada para a diversidade deve contemplar:

1. A ênfase na autorreflexão sobre a atuação na escola, sobre o quanto aprendem com as crianças, ou seja, a pressuposição de que as professoras de instituições de educação infantil podem e devem sentir-se educadoras no sentido amplo da palavra;
2. A atenção para o fato de que educadores e gestores sempre podem estar posicionados em relação aos grupos discriminados em razão de seus preconceitos e/ou de seus próprios pertencimentos, inclusive eventuais privilégios simbólicos e materiais decorrentes da condição de ser identificado como branco;
3. O reconhecimento da alienação provocada pela força do mito, ou seja, a possibilidade de que o mito da democracia racial brasileira ainda esteja presente na ideia de diversidade da política curricular para o ensino fundamental;
4. O reconhecimento da discriminação institucional como elemento fundamental. Instituições foram feitas para se conservar – resistem a mudanças. Processos de sensibilização e formação sem mudanças nas estruturas avançam mais lentamente – a criação de regras institucionais para o cotidiano das instituições pode ajudar muito;
5. As possibilidades mobilizadoras de crítica e ação social, por meio de conceitos que ainda guardam esse potencial, tais como igualdade, liberdade, cultura e outros.

“*Identidade* exprime, acima de tudo, o sentido de pertinência dos membros do grupo étnico ao seu grupo específico e reflete a forma pela qual um grupo social, com mais poder, define aqueles grupos com menos poder, colocando-os à parte e limitando sua participação (Bento, 1992).”

¹ BENTO TEIXEIRA, Maria Aparecida Silva. *Resgatando a minha bisavó – discriminação racial e resistência na voz dos trabalhadores negros* (dissertação de mestrado). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.





Identidade exprime, acima de tudo, o sentido de pertinência dos membros do grupo étnico ao seu grupo específico e reflete a forma pela qual um grupo social, com mais poder, define aqueles grupos com menos poder, colocando-os à parte e limitando sua participação (Bento, 1992).

Assim, a pergunta é: qual o significado de diversidade quando aparece desarticulada da desigualdade social?

No próximo capítulo veremos a importante articulação entre o conhecimento destes fenômenos sociais e a construção de uma educação promotora da igualdade racial. Julgamos que seja imprescindível aos professores compreenderem esses processos e isso dependerá fundamentalmente de ações de formação, seja no âmbito da formação inicial, seja na formação continuada.

Ao incluir nos pressupostos de formação do professor a exigência de que esse profissional reflita sobre as diferenças culturais (compreendemos que essas diferenças incluem o pertencimento dos alunos a grupos étnicos ou raciais), temos justificada a necessidade imperativa dos cursos de formação contemplarem a temática da diversidade e da igualdade étnico-racial. Tal perspectiva parece tornar cada vez mais concreta a compreensão de que os saberes docentes devem incluir percepções sobre as diferenças culturais e raciais de seus alunos e os modos pelos quais se possa trabalhar pedagogicamente com tais diferenças. Essa perspectiva deveria fazer-se presente tanto na formação inicial quanto na continuada.

Sempre que a formação específica ocorra, devem ser contemplados de algum modo saberes que permitam aos professores compreender questões relativas à diversidade e igualdade étnico-racial.

No próximo capítulo destacaremos a importância de os professores, especialmente dos que atuam na educação infantil, apropriarem-se de conhecimentos sobre a articulação entre infância e diversidade étnico-racial.





Capítulo 4

Infância e educação étnico-racial: estruturas e singularidades



“As crianças são agentes ativos que constroem suas próprias culturas e contribuem para a produção do mundo adulto.”

Criança: sujeito histórico, social e cultural

...se, por um lado, as crianças reagem à cultura do adulto, tentando dar-lhe sentido e frequentemente resistindo a ela, por outro retiram de sua experiência familiar o modo de como tratar os pares. Em alguns aspectos, a cultura entre parceiros afeta a forma pela qual as crianças interagem com os pais e com outros adultos.

(CORSARO, 1997, p. ¹)

De acordo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI e Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009, a criança é concebida como o centro do planejamento curricular, sendo considerada sujeito histórico e de direitos, que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais deseja, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletiva, ao mesmo tempo em que produz cultura.

Assim, independentemente das diferenças entre cada sociedade ou cultura, as crianças distribuem-se na estrutura social segundo a classe social, a etnia e a raça, o gênero e a cultura. Esses são aspectos importantes na caracterização da posição social ocupada pelas crianças.

Indiscutivelmente, as condições de nascer e de crescer não são iguais para todas as crianças.

Toda criança pequena merece ser encorajada a explorar seu ambiente e a se expressar por meio de diversas linguagens, incluindo palavras, movimento, desenhos, pinturas, montagens, esculturas, teatro de sombras, colagens, dramatizações e música. A instituição de educação infantil deve oferecer ambientes em que a criança seja protagonista, ativa, nos

¹ CORSARO, William A. *The sociology of childhood*. Thousand Oaks, Califórnia: Pine Forge Press, 1997 (Sociology for a New Century).





quais possa experimentar o diálogo e a interação com outros, na vida coletiva das salas de atividades nas instituições, da comunidade e da cultura, em que professoras e professores serão facilitadores dessa interação.

Sirota (2001)¹ destaca que a infância não é mais considerada fenômeno diferente e relacionada à imaturidade biológica; também não é mais um elemento natural ou universal dos grupos humanos, mas aparece como componente específico, tanto estrutural quanto cultural, de grande número de sociedades. Javeau (1994) e Jenks (1997), ambos citados por Sirota, consideram a infância uma das idades da vida que necessitam de exploração específica, como a juventude ou a velhice.

É preciso destacar que:

[...] O conjunto de experiências vividas por elas [pelas crianças] em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre esta fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais etc., reconhecê-las como produtoras da história².

Abramowicz, Levcovitz e Rodrigues (2009, p. 193)³ destacam que é importante não ter um modelo de criança, uma referência de infância, mas efetivamente buscar reconhecer a diversidade das histórias e culturas presentes no cotidiano. Segundo ela, a pedagogia da “escuta” respeita mais e prescreve menos. Cria condições para um ambiente que é “um lugar de vida infantil, muito mais do que um lugar institucional concebido e finalizado para objetivos do tipo didático”. As autoras chamam a atenção para o fato de que a educação de crianças pequenas as coloca no espaço público, que é aquele que permite múltiplas experimentações.

Nessa educação, a professora se esforça para entender o que as crianças falam, o que querem conhecer, o que há de interessante a fazer e a deixar de fazer, a estudar, deixar para lá,

“A educação voltada para crianças de 0 a 6 anos requer uma pedagogia que possibilite a constituição de um espaço de escuta, de respeito, de valorização da cultura de cada criança, em suas diferentes realidades.”

1 SIROTA, Régine. *Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº 112, março-2001, p. 7-31.

2 KUHLMANN, Moysés Jr. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 2001, p. 54, 2ª edição.

3 Abramowicz, Anete; Levcovitz, Diane; Rodrigues, Tatiane Cosentino. *Infâncias em Educação Infantil. Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 3 (60), p. 179-197, set./dez. 2009.





“A criança se constrói como sujeito por meio das múltiplas interações sociais e das relações que estabelece com o mundo, onde influencia e é influenciada por ele, ao mesmo tempo em que constrói significados a partir dele.”

pensar o que há de interessante para visitar, as novas formas de brincar, que músicas e que danças podem ser inventadas. E é nesse contexto que se potencializa a idéia de infância como experiência. A abertura para a experiência possui, por si só uma flexibilidade que favorece a multiplicidade de estéticas, de culturas, de modos de ser, ou seja, uma verdadeira celebração da diferença. Esse contexto é o oposto do que se constata na pedagogia centrada nos currículos nacionais unificados, que investem na valorização de determinada estética e em padrões homogêneos, bem como na adoção de idéias comuns, entre elas, à luz da experiência brasileira, a da democracia racial (ABRAMOWICZ; LEVCOVITZ; RODRIGUES, 2009, p. 186 e 194).

Essa mudança de paradigma requer dos profissionais formação adequada, bem como conteúdos pedagógicos que possam auxiliar no processo de desenvolvimento das crianças e no respeito à suas diferenças. Educar e cuidar são um binômio importante, definindo ações de igual magnitude nas instituições que atuam com crianças pequenas.

Como educar num contexto de diferentes culturas e histórias? Decerto, uma pressuposto básico é assegurar a presença de conteúdos e atitudes positivas, que auxiliem as crianças a se sentirem fortalecidas, em harmonia com seus corpos, suas culturas e suas singularidades.

Em instituições educativas, as crianças de 0 a 6 anos precisam ter direito a brincadeiras, a uma atenção individual, a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante, ao contato com a natureza, a uma alimentação sadia, ao desenvolvimento de sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão, ao movimento em espaços amplos, a proteção, afeto, amizade, expressão de seus sentimentos, atenção especial durante seu período de adaptação e ao desenvolvimento de sua identidade cultural, racial e religiosa.

O conhecimento da professora sobre diferentes culturas, povos e histórias ajuda não só a acolher as crianças, mas a favorecer a convivência e valorizar a diversidade.





Por outro lado, é fundamental destacar que a prática pedagógica na educação infantil demanda habilitação em consonância com a legislação vigente e qualificação para proporcionar à criança experiências que ampliem suas experiências culturais e propiciem seu bem-estar físico e emocional. Para isso, além dos conhecimentos e das habilidades necessários para o trabalho cotidiano com a criança em instituições educativas, destacamos a importância da criação de contextos que favoreçam uma relação de compartilhamento com as famílias das crianças e com a comunidade em geral.

O trabalho docente na educação infantil é então entendido na perspectiva da *profissionalidade*, o que significa uma construção na qual professores e professoras são compreendidos como atores sociais que, agindo num espaço institucional dado, constroem nessa atividade sua vida e sua profissão. Como diria Tardif e Lessard (2005, p. 38): são atores que “[...] dão sentido e significado aos seus atos e vivenciam sua função como uma experiência pessoal, construindo conhecimentos e uma cultura própria da profissão”.

A compreensão da docência como construção social traz para o centro das discussões novas perspectivas de análise destacando a subjetividade dos professores, ao mesmo tempo em que os coloca como sujeitos ativos, produtores de saberes específicos do seu trabalho. Saberes específicos para o trabalho na e para a infância, para e com a criança.

Desse modo, ao mesmo tempo em que se constrói como profissional da infância, protagonista de sua ação profissional, segundo Guimarães e Leite, torna-se capaz de possibilitar um vínculo positivo das crianças com o processo de exploração do mundo – ao invés de crianças passivas e respondentes – e vislumbrar a constituição de sujeitos ativos, formuladores de hipóteses, criativos, transformadores.

No que diz respeito à formação de professores, a LDB 9.394/1996, alterada pela lei 10.639/2003, indica que ela se fará em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação.

“O grande desafio das práticas desenvolvidas nas instituições de educação infantil é reconhecer a criança enquanto sujeito histórico, sujeito que se apropria e produz cultura.”





“Criança e infância são compreendidas como construções sociais. De tal modo, que o conceito de infância fornece um quadro interpretativo que permite contextualizar os primeiros anos da vida humana.”

No entanto, ainda admite, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, aquela oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Enfim, a formação de professores pode assegurar que a infância seja verdadeiramente tratada nas instituições educacionais como construção histórica, social, cultural e política. Pode oferecer elementos para que a professora perceba as diferentes populações infantis, com e em diferentes processos de socialização.





Capítulo 5

Metodologias para a valorização da diversidade étnico-racial na educação infantil



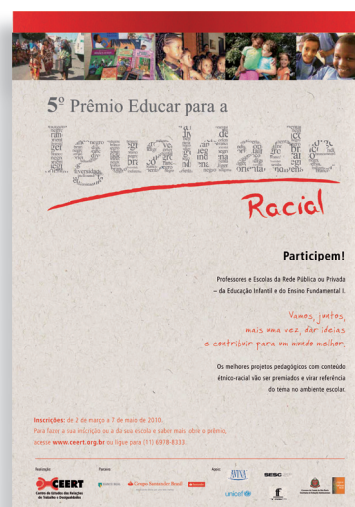
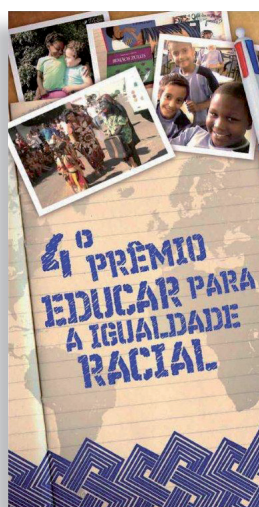
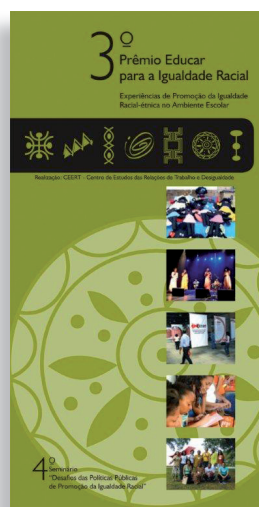
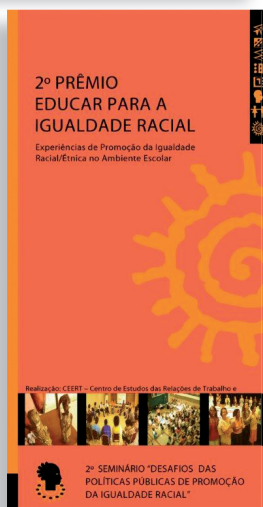
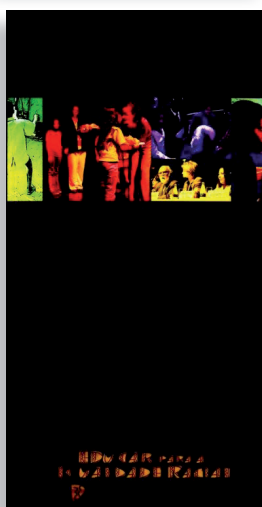
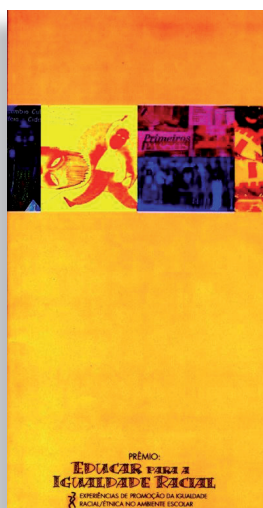
Afinal, o que caracteriza as experiências bem sucedidas de desenvolvimento da temática étnico-racial? Como superar as resistências e os problemas que frequentemente surgem no desenvolvimento dos projetos sobre esse tema?

Que apoios são necessários? Onde procurar ajuda e obter os recursos necessários à implementação desses projetos?

Neste capítulo, apresentamos dados relativos ao estudo do acervo de práticas pedagógicas do prêmio **Educar para a igualdade racial**, que integram o banco de dados das experiências selecionadas durante as quatro edições (2002, 2004, 2006, 2008), considerando as categorias de educação infantil, fundamental anos iniciais/finais e médio, realizadas pelo CEERT.

São mais de mil práticas pedagógicas registradas por educadores de todo o país, acumuladas desde 2002. Trata-se de uma singular fonte de informação tanto para políticas educacionais da união, dos estados e municípios, como fonte de estudos e pesquisa para universidades, acadêmicos, educadores, estudantes e público em geral, interessados em conhecer o *fazer* do educador, narrado por ele próprio – suas dificuldades, estratégias, metodologias, superações.

Ao analisar os diferentes aspectos que caracterizam o desenvolvimento de ações para a educação voltada para a igualdade étnico-racial, os gestores e as professoras apontaram problemas e possibilidades de solução, apresentadas a seguir como uma referência que pode contribuir com outras instituições e professores.





1. Conflitos como molas propulsoras na educação infantil

Convém assinalar que não raramente professoras declaram que decidiram trabalhar o tema étnico-racial inicialmente como resposta a conflitos que surgiram nas relações entre criança-criança. Também foram citados os conflitos entre família-professor e entre professores.

Desse modo, podemos afirmar que os conflitos tendem a figurar como mola propulsora para a realização de trabalhos que visaram a promoção da igualdade racial e a superação da discriminação e do preconceito racial. A experiência relatada a seguir exemplifica caso típico em que a professora resolveu atuar em razão de conflitos surgidos entre as crianças, motivados por pertença étnico-racial:

EXPERIÊNCIA 1 – Maracazinho valorizando a cultura afrodescendente

O desenvolvimento do projeto

O tema geral do projeto **Maracazinho** foi o maracatu de baque-virado. A professora foi envolvendo progressivamente todas as crianças por meio da música, da dança e da valorização da cultura afrodescendente. Isso foi acontecendo cotidianamente nas atividades com desenhos, com leituras de trechos de textos sobre maracatu, rodas de conversa, leituras de imagens, consultas às crianças para sondar seus conhecimentos prévios, bem como da criação de um cantinho para os instrumentos musicais do maracatu. Foi muito importante nesse processo o envolvimento dos pais participando das atividades, das oficinas e das pesquisas que foram realizadas. Os esforços da professora trouxeram resultados significativos para as crianças: a aproximação mais calorosa entre elas, o desenvolvimento da oralidade, a elevação da autoestima e o fortalecimento da identidade.

Escola: EMEI Lar Meimei, Olinda, PE

Professora: Cecília de Moraes Dantas

Acervo do 2º prêmio “Educar para a Igualdade Racial” do CEERT.



Aprendendo com a experiência

Observando essa experiência premiada e a recomendação dos especialistas que a analisaram, podemos destacar a importância de:



1. Propiciar que as crianças brancas e negras vivenciem igualmente situações cotidianas, nas quais possam ter suas características culturais e fenotípicas elogiadas e valorizadas;
2. Oferecer situações nas quais as crianças sejam convidadas a dividir materiais, espaços de brincadeiras etc.;
3. Garantir que crianças negras e brancas tenham tratamento igualitário nas diversas situações cotidianas da educação e do cuidado, tais como no momento da alimentação, do banho, da brincadeira e dos afetos;
4. Garantir que nas atividades diárias as crianças negras e brancas recebam a mesma atenção do professor, principalmente no acolhimento, momento de adaptação à entrada na instituição;
5. Problematicar o sentimento de superioridade que as crianças brancas possuem em relação às crianças negras por meio de atividades;
6. Promover a reflexão sobre a temática da diversidade como componente curricular da educação infantil.





2. Inclusão da temática no projeto político-pedagógico (PPP)

Um número expressivo de professoras assinalou que não fazia parte das concepções do PPP das escolas a preocupação com a temática da diversidade étnico-racial. Portanto, as atividades realizadas por elas caracterizaram-se como ações isoladas.

Os recursos financeiros para a realização dos projetos vieram em grande parte da Associação de Pais e Mestres (APM), porém contaram também com recursos próprios e, eventualmente, com doações e apoio da Secretaria Municipal de Educação.

Nesse sentido, trazemos uma experiência premiada que justamente estava incluída no PPP da escola. Outra característica desta experiência são temas como aspectos da cultura afro-brasileira, identidade e autoestima. Esses também foram os mais abordados nas experiências inscritas no **Prêmio**: a cultura (afro-brasileira, africana e indígena), formação de identidade, autoestima, direitos humanos, racismo, discriminação e preconceito, diversidade, diferenças físicas e gênero.

EXPERIÊNCIA 2 – Griot: africanidades na educação infantil

O desenvolvimento do trabalho

A experiência estava inscrita no PPP (projeto político pedagógico) da escola, o que ajudou muito na sua efetivação. As crianças foram os atores principais nesse trabalho sobre a África e Angola, sempre recontando as histórias dos filmes e das confecções dos materiais que faziam. Foram envolvidas em rodas de conversas e apresentações de artefatos para imitação da cultura de Angola. Trabalharam em montagem de painéis, confecção de boneca de papel de revista, modelagem de uma galinha da angola feita de argila e posteriormente pintada pelas crianças, confecção de um quadro-cenário e personagens de papel para contação de histórias.

Os pais encontraram na escola um espaço para expor suas dificuldades em relação à sua identidade de cor-raça e de como se sentiam em relação aos preconceitos e às discriminações já sofridas. As crianças conheceram a cultura africana, em especial a do país de Angola. A convivência entre pessoas de diferentes raças e etnias era sempre estimulada, promovendo respeito e solidariedade às diferenças.

Escola: EMEI Victório Rebucci, São Carlos, SP

Professora: Dirlene Isabel Sebin Martins de Oliveira
Acervo do 2º prêmio “Educar para a Igualdade Racial” do CEERT.



➡ Aprendendo com a experiência

Observando essa experiência premiada e a recomendação dos especialistas, destacamos as ações que devem ser implementadas pelas Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, bem como especificamente pelo professor:

1. Indicar a obrigatoriedade da inserção da temática étnico-racial nos PPPs (projeto político pedagógico) das instituições de educação infantil, bem como supervisionar estas ações e identificar as verbas públicas disponíveis para uso nas instituições;
2. Participar ativamente dos conselhos de escolas para sugerir como devem ser utilizados os recursos financeiros, em função do projeto político pedagógico da educação infantil;
3. Envolver a família em atividades, nas quais a diferença e a condição de negros podem ser valoradas positivamente, colaborando para a formação de uma identidade positiva para crianças e família.





3. Planejamento conjunto das atividades

A maioria das atividades planejadas pelas professoras contou com a colaboração dos pais e de outros professores na execução do projeto. Nesse sentido, as professoras destacaram que o apoio dos profissionais da própria escola, da comunidade e das instâncias governamentais é essencial para a realização e o sucesso do trabalho. Para exemplificar, segue o relato de uma experiência premiada:

EXPERIÊNCIA 3 – Vamos brincar no quintal?

O desenvolvimento do projeto

O trabalho envolveu fortemente os pais e a comunidade. Procurando abordar questões étnico-raciais e de gênero, de forma lúdica para a construção da identidade, a professora envolveu as crianças a partir de brincadeiras da tradição brasileira como: pião, corda, bola, hélice, elástico, amarelinha, rodas cantadas, idas ao parque e ao quintal, aulas na piscina e formação de congada. Um dos pontos marcantes do trabalho foi a presença de Mestre Silvío, líder da congada na comunidade local. Os pais, além da participação no decorrer do trabalho, na troca das brincadeiras com as crianças, realizaram ao final do projeto, juntamente com a comunidade escolar, uma grande festa na qual a escola ofereceu um almoço e seu espaço físico. As famílias contribuíram com refrigerantes e sobremesas e as crianças com suas experiências, ensinando, rememorando e resgatando o prazer do brincar.

Escola: CEU EMEI Aricanduva, São Paulo, SP

Professoras: Amanda Gomes Pinto e Fátima Regina Graminha
Acervo do 4º prêmio “Educar para a Igualdade Racial” do CEERT

➡ Aprendendo com a experiência

Pode-se destacar como aprendizado desta experiência, a importância de:

1. Planejar, executar e avaliar as atividades com professores, gestores e famílias;
2. Promover a socialização do planejamento nos encontros com as famílias e comunidade para que amplie a legitimidade;



3. Fomentar a criação de redes para trocas de experiências entre as famílias, os professores da escola e de outras escolas, como também atividades de pesquisa de materiais, recursos alternativos, metodologias etc.;
4. Sugerir momentos de avaliação coletiva envolvendo família, docentes e gestores da escola sobre todos os trabalhos realizados, e em especial sobre as temáticas raciais;
5. Organizar, a partir das experiências, grupos de estudo entre professores e gestores, que discutam a temática e as formas de incluí-la na prática pedagógica cotidianamente.



EXPERIÊNCIA 4 – Gênero e raça: mala da diversidade – A viagem em busca de nossas raízes

O desenvolvimento do projeto

O projeto envolveu família, criança e escola. Entre as diversas atividades, ocorreu a confecção, em parceria com os pais, de um boneco de pano e uma pequena mala para cada criança. O boneco era transportado para outros espaços da instituição de educação infantil e, aos finais de semana, ele visitava a casa das crianças, acompanhado de um diário de bordo para que os pais pudessem registrar os fatos interessantes da visita. O envolvimento das crianças iniciou-se a partir do livro animado *Ana e Ana*, culminando com situações de aprendizagem a partir do manuseio e da exploração da mala da diversidade. No início do projeto, as crianças se sentiam incomodadas ao tocar o corpo dos amigos, ato estimulado pela professora. As crianças negras não gostavam que tocassem em seus cabelos e outras crianças evitavam brincar com bonecas negras. Contudo, no decorrer do projeto, mudanças positivas ocorreram no comportamento das crianças. As atividades e as dinâmicas as envolveram, amenizando certas resistências e rejeições, indicando uma apropriação dos conhecimentos vivenciados.

Escola: Creche Heitor Villa Lobos, Santo André, SP

Professora: Sueli Buzano da Costa

Acervo do 4º prêmio “Educar para a Igualdade Racial” do CEERT

➡ Aprendendo com a experiência

Esta experiência nos ensina a importância de:

1. Abordar e ajudar as crianças a entenderem as diferentes texturas de cabelo, cor de pele etc.;
2. Explorar e promover atividades sobre a diversidade do *ser criança* no Brasil e no mundo: brincadeiras, cantigas, histórias, roupas, escolas, comidas etc.;
3. Promover situações nas quais as crianças possam compreender que as diferenças (cor, cabelo, tipo de nariz...) não significam inferioridade;
4. Escutar as hipóteses formuladas pelas crianças, principalmente no que se refere ao pertencimento racial. Realizar projetos de média e longa duração, pensando-se em atividades interdisciplinares;
5. Promover a inserção do tema da diversidade étnico-racial em todos os tempos e espaços da instituição de educação infantil ao longo de todo o ano;
6. Documentar o trabalho realizado por meio de registros sistematizados, de modo a permitir a reflexão sobre cada etapa e condensar uma memória rica dos projetos;
7. Compartilhar com a coordenação pedagógica e outros professores indicações para a elaboração dos registros;
8. Confeccionar materiais para que as crianças possam levá-los para casa: livro, brinquedo, bonecos, objeto de arte, instrumento musical etc.







4. Participação da comunidade

Grande parte dos projetos estudados do Prêmio Educar para a Igualdade Racial, houve a participação da comunidade e das famílias.

De acordo com as professoras, a participação da comunidade é fundamental, pois permite a ampliação da temática para outros espaços como templos religiosos, associações, clubes etc. Isso fortalece também o trabalho desenvolvido pela escola, compartilhando-se a responsabilidade com a sociedade. É preciso também fortalecer a contribuição dos movimentos negros, dos grupos culturais locais e das organizações não governamentais pelo acúmulo, tanto no que diz respeito aos conteúdos a serem desenvolvidos como na definição de estratégias e metodologias a serem aplicadas. Essa parceria permite um diálogo mais estreito entre educação e sociedade na busca das melhores soluções para o enfrentamento dos conflitos, intolerâncias e resistências aos projetos. Podemos observar isso na experiência descrita a seguir:

EXPERIÊNCIA 5 – Herança: valores civilizatórios afro-brasileiros

O desenvolvimento do projeto

O trabalho envolveu os pais por meio de encontros em que eram realizadas dinâmicas com música, projeção de filmes, bem como discussões e palestras com representantes do Movimento Negro, permitindo que cada pai se colocasse e compartilhasse sua história pessoal. Os professores adaptaram suas salas de acordo com a faixa etária das crianças, envolvendo-as em atividades como: contação de histórias, de mitos, apresentação de músicas, de poesias, de fotos, reprodução de obras de arte como *O Mestiço*, de Cândido Portinari, e *A Negra*, de Tarsila do Amaral, e recortes de revistas.

As atividades foram acompanhadas de debates, de produções de textos coletivos, ilustração de personagens, teatro de fantoches, bonecas, lendas e fábulas, e outros recursos com o corpo, sempre valorizando os conhecimentos prévios das crianças em relação ao tema. Nesse trabalho, houve espaço para o desabafo dos pais sobre o sofrimento do preconceito vivido. Os professores, por sua vez, ampliaram seus conhecimentos mostrando ao final do trabalho a beleza da África em um CD com seleção de músicas enfatizando o tema. Foi possível perceber menor resistência das crianças em trabalhar o tema. Ao abordar os valores civilizatórios em ações do dia-a-dia, as crianças ficaram mais atentas, intervindo e não se calando em situações preconceituosas.

Escola: EMEI Mario Quintana, Diadema, SP

Professora: Raquel Rodrigues do Prado

Acervo do 4º prêmio “Educar para a Igualdade Racial” do CEERT



➡ Aprendendo com a experiência

Observando essa experiência premiada e a recomendação dos especialistas, destacamos a importância de:

1. Mapear grupos culturais, sociais, Movimento Negro e organizações não governamentais locais para fortalecer o trabalho desenvolvido pela escola;
2. Desenvolver ações específicas com as famílias, como palestras, encontros de formação, relatos de vida etc., para além daquelas de apoio ao desenvolvimento do projeto;
3. Incluir e valorizar os saberes da comunidade na prática cotidiana;
4. Construir com as crianças registros decorrentes do projeto, de modo a comunicar as experiências. É importante acreditar no potencial de produção das crianças, pois os processos de criação tornam a aprendizagem mais rica, que, para ocorrer, requer interação social e cooperação da comunidade, ou seja, uma prática compartilhada.





EXPERIÊNCIA 6 - Projeto “Griô: contador de histórias”

O desenvolvimento do projeto

O projeto permitiu que cada criança entrasse em contato com sentimentos, emoções e conhecimentos que caracterizam sua descendência cultural e racial. Para entrar em contato com a cultura africana, as crianças visitaram o Museu Afro-Brasileiro, confeccionaram panos com retalhos de diversos traçados, participaram de leituras de contos de origem africana, tiveram sessão de penteados de birotos e realizaram plantio de sementes. O projeto também contou com forte participação dos pais e da comunidade. Algumas mães realizaram oficinas de trançados de acordo com os contos escolhidos.

A comunidade escolar e local, promoveram uma tarde de chás. Para cada conto narrado, eram realizadas atividades em que as crianças podiam sentir-se valorizadas e participantes. Esse trabalho contribuiu muito para a construção da identidade racial das crianças, para o fortalecimento da autoestima e da autoconfiança delas, permitindo o conhecimento da história e da cultura africana.

Escola: Escola Creche Vovô Zezinho, Salvador, BA

Professora: Rita de Cássia Silva Santos

Acervo do 3º prêmio “Educar para a Igualdade Racial” do CEERT

➡ Aprendendo com a experiência

1. Construir estratégias que possam promover a construção positiva da autoestima das crianças negras, como a elaboração de cartazes com adultos e crianças negras em diferentes posições sociais, bonecas negras, espelhos;
2. Realizar atividades que possibilitem a valorização de suas características, bem como o reconhecimento de sua beleza.





5. Metodologias que deram certo

As metodologias apontadas pelas professoras como mais adequadas para a educação infantil, conseqüentemente as mais utilizadas, foram: exposição (38%)¹ e dramatizações (31%)², seguidas de outras como contação de histórias, observação e realização de feiras. Foram citadas ainda roda de capoeira e brincadeiras de roda. Podemos observar isso na experiência descrita a seguir:

EXPERIÊNCIA 7 – Sensibilizar para a igualdade

O desenvolvimento do projeto

Nesse projeto, foram abordadas questões como: a origem do nome da criança, árvores genealógicas de cada criança e família, o motivo da escolha do nome. Para isso, a professora envolveu as crianças com rodas de conversa, construções coletivas, exibição de filmes, leitura e repetição de poesias, audição de músicas clássicas e folclóricas, pesquisa de fotos em revistas. Foi feito levantamento dos conhecimentos das crianças e estimulada a expressão de sentimentos.

Além do corpo docente da escola, o trabalho foi acompanhado por professores de outras escolas e por especialistas. Também contou com forte participação dos pais. Ao final do trabalho, houve produções como exposição de painel de fotos, cartazes na sala de aula com imagens de crianças, adultos, idosos, famílias, negros, brancos e asiáticos inseridos na comunidade. Esse trabalho permitiu às crianças vivenciar mudanças de comportamentos e sentimentos, pois inicialmente os sentimentos observados foram de culpa e rejeição. No decorrer do trabalho, as manifestações observadas foram de sentimentos de amor, união, aceitação, respeito, percepção do outro e solidariedade, agindo positivamente no desenvolvimento escolar dos alunos.

Escola: EMEI Iniciação, Campinas, SP

Professora: Elaine Regina Cassan

Acervo do 3º prêmio “Educar para a Igualdade Racial” do CEERT

➡ Aprendendo com a experiência

A experiência nos ensina a importância de:

1. Promover atividades abertas à comunidade escolar;
2. Realizar exposições, mostras e feiras dos trabalhos realizados pelas crianças envolvendo outras escolas;

¹ Esse dado refere-se ao universo da categoria *educação infantil*, considerando a análise da metodologia de 32 experiências do acervo do CEERT.

² Esse dado refere-se ao universo da categoria *educação infantil*, considerando a análise da metodologia de 32 experiências do acervo do CEERT.



3. Proporcionar momentos lúdicos como dramatizações, em que a partir de uma história as crianças possam refletir sobre comportamentos adequados/inadequados dos personagens;
4. Privilegiar no cotidiano escolar dramatizações, brincadeiras e jogos nos quais as crianças brancas e negras possam expressar as representações que possuem sobre as diferenças entre as pessoas.



Observando o conjunto de experiências

O estudo das experiências do prêmio **Educar para a igualdade racial** nos ajuda a compreender outras temáticas, dentre elas o fato de que as professoras motivaram a participação das crianças, principalmente via atividades fortemente interativas, ou seja, por meio de exibição de vídeos, músicas e danças, inclusão dos membros de suas famílias, bem como de atividades de valorização da raça, etnia e identidade. Destacaram também que as crianças se sentiram mais motivadas ao saber que a família participaria do projeto e juntas poderiam viver algumas experiências.

As professoras relataram que a participação das crianças nos projetos ocorreu por meio da confecção de materiais, de questionamentos, jogos e atividades diversas, fazer artístico, rodas de conversa e pesquisa de campo. Assim, a participação das crianças foi fundamental, o que nos leva a valorizar algumas ações específicas:

1. Compartilhar e discutir com as crianças as etapas do projeto, bem como a definição do produto final;
2. Utilizar livros e vídeos infantis cujos personagens estejam representados em diferentes culturas e situações sociais;
3. Avaliar e registrar, por meio de instrumentos, as atividades realizadas com as crianças por meio de roda de conversa, de desenhos e reflexão sobre suas atitudes;



4. Avaliar a participação dos pais a partir de pequeno instrumento (questionário, frase para sintetizar as conclusões, escrita ou relato espontâneo).

No que se refere aos resultados após a realização do projeto, as professoras indicaram que entre as crianças brancas houve melhora nas relações e maior participação nas atividades. Com relação às crianças negras, constataram um quadro análogo, dando ênfase ao aumento da autoestima.

Nesse sentido, é importante problematizar o sentimento de superioridade que as crianças brancas possuem em relação às crianças negras por meio de atividades. É importante, ainda, receber com afeto a criança que traz a reclamação, quando ofendida pelas atitudes de amigos e/ou professoras. Dar-lhe a certeza de que poderá contar com o respeito de todos. Igualmente fundamental é posicionar-se diante das reclamações de ocorrência de discriminação e preconceito no espaço escolar. Outras atitudes são importantes:

1. Não culpabilizar as vítimas;
2. Colaborar para que aquele que ofendeu, humilhou ou ironizou a outra criança, entenda a sua atitude como negativa.

Dentre as dificuldades apontadas, as professoras destacaram a falta de compreensão sobre a proposta do projeto, o curto tempo para o planejamento, a falta de sensibilização em relação à temática, a falta de compromisso dos gestores e a falta de formação específica. No caso de instituições privadas, destacaram a dificuldade do desenvolvimento de projetos com essa temática, diante da justificativa de não haver crianças negras.

Algumas das formas de superação das dificuldades encontradas pelas professoras, foram leituras e debates sobre a temática. Essas ações, de acordo com elas, fortaleceram a ideia do projeto junto ao grupo e a formação de docentes.

Com relação a estas dificuldades, podemos projetar as seguintes ações:

1. Elaborar argumentos para legitimar as iniciativas que tratam da temática;
2. Trocar experiências com outros profissionais e/ou escolas;
3. Favorecer a criação de condições para que a iniciativa de um professor possa ser institucionalizada;
4. Estabelecer parceria com o coordenador pedagógico e outros professores;
5. Organizar grupos de estudo entre os professores e gestores, que discutam a temática e como incluí-la na prática pedagógica cotidianamente;



6. Avaliar as atividades com professores, gestores e famílias.

As professoras que desenvolveram experiências inscritas no prêmio **Educar para a igualdade racial** mencionaram que mudaram tanto como pessoas quanto em sua prática educativa, pois o desenvolvimento dos projetos possibilitou a reflexão sobre a temática da diversidade étnico-racial no cotidiano escolar, maior aproximação com os pais e, evidentemente, o enfrentamento do problema.

De modo geral, as professoras perceberam mudanças em suas práticas, fato que estimula a busca por pedagogias e metodologias que promovam o diálogo, as aprendizagens cooperativas, a observação e a reflexão mais detalhada de sua própria prática pedagógica. As professoras perceberam que não basta ter somente domínio do tema enquanto conteúdo, mas faz-se necessária a ampliação das possibilidades de como se pode trabalhar a temática.

Para as professoras, são essenciais apoios como incentivo à pesquisa e política de formação de professores e gestores que inclua a questão étnico-racial, para que haja a continuação e institucionalização de práticas que visem, além da promoção de uma educação para a igualdade étnico-racial, a inclusão da temática no currículo da educação infantil.

Nesse sentido, o próximo capítulo nos ajudará a refletir sobre como a institucionalização da prática pode se dar a partir de uma experiência compartilhada.





Capítulo 6

**A gestão comprometida com a igualdade étnico-racial:
fundamentos da experiência de São Carlos, em São Paulo**



“Na minha opinião, o que acaba sendo mais eficiente no sentido de convencer as professoras, de despertar esse desejo de trabalhar a questão étnico-racial, são os cursos mais longos mesmo.”

Gestora de São Carlos, SP.
Entrevista concedida
ao CEERT.

Este capítulo abordará aspectos da gestão educacional preocupada com a promoção da igualdade étnico-racial. Ele tem dois eixos: o primeiro focaliza orientações para diferentes dimensões da gestão na educação infantil; o segundo contempla um caso exemplar de gestão que considera a igualdade étnico-racial, o da cidade de São Carlos, no Estado de São Paulo, cujas experiências ganharam destaque a partir do prêmio **Educar para a igualdade racial**.

Conforme já colocamos, o prêmio **Educar para a igualdade racial** – iniciativa do CEERT em parceria com o Banco Real – teve sua primeira edição em 2002. Nesse processo, que já completou cinco edições em 2010, acumularam-se mais de 1.000 experiências provenientes de todo o território nacional. Tais experiências constituíram rica fonte de informação de práticas escolares comprometidas com o desenvolvimento da democracia e da cidadania.

Ao organizar o banco de dados das experiências do Prêmio, a equipe do CEERT constatou que a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – que possui vigorosa produção na área de educação e um núcleo de pesquisadores sobre a temática étnico-racial reconhecidos inclusive internacionalmente – era frequentemente citada como instituição parceira pelos participantes das experiências selecionadas. Esse fato permitiu ao CEERT levantar a hipótese de que a interação com acadêmicos havia feito diferença na formação dos professores da rede local. Assim, desenvolveu-se um estudo que envolveu estudo das práticas, análise de documentos e entrevistas com professoras, gestoras, especialistas, e algumas conclusões foram destacadas a seguir.

Dados do município de São Carlos, SP

O município de São Carlos localiza-se na região central do Estado de São Paulo. Possui aproximadamente 221.936 habitantes, conta com uma população altamente flutuante de 20.000 habitantes, formada predominantemente por universitários, oriundos de diversas regiões do país e, também, de outros países latinos e africanos.





Na cidade, a Universidade Federal de São Carlos e a Universidade de São Paulo, além de atraírem diversos estudantes, impulsionam o desenvolvimento tecnológico e educacional. Atualmente, com 154 anos de fundação, São Carlos é conhecida como a capital da tecnologia. A Secretaria Municipal de Educação de São Carlos é responsável por uma rede de ensino com 52 unidades escolares, sendo 45 de Educação Infantil e 8 de Ensino Fundamental.

Embora o município possua o PIB de 3.501.274 mil reais, e um IDH de 0,841, a comunidade negra, que representa 20% da população, sempre precisou lutar por reconhecimento e valorização. Com um Movimento Negro bastante atuante, desde o início do século até os dias atuais, muitas conquistas foram alcançadas e muitas necessidades ainda persistem. No que toca a área da educação, cabe destacar as seguintes conquistas:

- ▶ A assessoria de relações étnico-raciais, alocada à Secretaria Municipal de Educação, que visa promover uma gestão pedagógica de políticas de promoção da igualdade racial;
- ▶ O Centro Municipal de Cultura Afro-Brasileira Odettes dos Santos, que possui gestão compartilhada entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Cultura e disponibiliza para a população atividades diversas em sua estrutura, como a sala de hip-hop, a sala de africanidades e o Projeto Dançar;
- ▶ E a mais recente conquista, obtida pelo Conselho Municipal de Educação, as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas (Resolução CME nº 005/2009 de 18/11/2009, publicada em Diário Oficial do Município em 23/04/2010).

Dessa forma, é com a atuação do Movimento Negro São-Carlense, somada ao forte apoio das universidades, em especial a UFSCar, e esforços dos governantes, que o município de São Carlos destaca-se nas edições do prêmio **Educar para a igualdade racial**.

Para saber mais, leia:

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro e SOUZA, Erivelto Santiago. *Negros nos 150 anos de São Carlos: contribuições e demandas*. São Carlos, Relatório de Pesquisa, 2007.





“Numa nação formada por negros¹, não se pode mais admitir a adoção de conteúdos, projetos pedagógicos e comportamentos que simplesmente ignorem a diversidade étnico-racial que caracteriza a sociedade brasileira.”

A expressão **gestão educacional** contém pelo menos um significado que nos interessa mais de perto: organizar, atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar seu papel. Para isso, a gestão educacional deve levar em conta que:

- ▶ a aprendizagem é plural e não decorre tão somente das atividades de ensino;
- ▶ política educacional significa muito mais do que oferta de escolarização;
- ▶ as ações não podem ser resumidas a gestão de unidades escolares e pressupõem formas democráticas de decisão e de participação da sociedade.

Numa nação formada por negros¹, não se pode mais admitir a adoção de conteúdos, projetos pedagógicos e comportamentos que simplesmente ignorem a diversidade étnico-racial que caracteriza a sociedade brasileira.

Destaques das iniciativas em São Carlos, SP

A respeito do impacto positivo das iniciativas em São Carlos, SP, ganharam destaque os seguintes fatos:

- ▶ No desfile de 150 anos da cidade de São Carlos, houve a apresentação do projeto que participou do Prêmio Educar para a Igualdade Racial;
- ▶ A partir dos processos de formação, a publicação de artigos e a elaboração de trabalhos de conclusão de curso e pré-projetos sobre a temática se multiplicaram;
- ▶ Muitas professoras se sentiram mais seguras para falar sobre a temática étnico-racial e, sempre que possível, passaram a explicar para outras pessoas o projeto que desenvolveram. Passaram a desenvolver atividades relacionadas à temática racial e as registraram em trabalhos que posteriormente foram apresentados em conferências e ciclos de palestras;
- ▶ Os projetos desenvolvidos nas escolas com a temática étnico-racial foram apresentados para a rede mu-

¹ Segundo o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2010, 52% da população brasileira se autodeclarou negra ou parda.





nicipal de ensino e em cursos de especialização na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar;

- ▶ Após o curso de formação sobre a temática étnico-racial, professoras, principalmente dos berçários 1 e 2, passaram a ter interesse em desenvolver trabalhos relacionados à temática;
- ▶ Famílias relataram que os trabalhos relacionados à temática étnico-racial as sensibilizaram e as aproximaram da instituição de educação infantil;
- ▶ Professores relataram que o desenvolvimento de projetos, bem como a inclusão da questão étnico-racial no cotidiano, melhorou o relacionamento entre as crianças (negras e brancas);
- ▶ A presença de uma assessoria com reconhecida competência técnica nessa área de conhecimento aproximou os gestores e professores de congressos, cursos e, inclusive, de prêmios nacionais para divulgação de excelência em práticas pedagógicas;
- ▶ As intervenções da especialista na temática étnico-racial garantiram que a administração voltasse o olhar para o necessário investimento financeiro que essa intervenção demanda.

O estudo realizado em São Carlos, SP, nos permitiu vislumbrar algumas questões importantes, que se referem a diferentes dimensões da gestão da educação e que nos parecem fundamentais como formação profissional, materiais pedagógicos, interação com a sociedade, condições institucionais e processos de políticas públicas.

Destacamos alguns destes itens, sintetizando como aconteceram na experiência de São Carlos.

Gestão: o foco que garante as ações

Um destaque no estudo realizado em São Carlos, SP, foi a questão da gestão participativa, entendida como elemento

“Hoje, todos olham para os resultados positivos decorrentes do trabalho com a questão étnico-racial: há mais sensibilização e conscientização.”

Professora de São Carlos, SP.
Entrevista concedida ao CEERT.





fundamental para o favorecimento de processos que visem a educação para a igualdade étnico-racial. Algumas ações dos dirigentes foram citadas como essenciais para assegurar que os diferentes agentes da educação infantil conseguissem realizar uma prática comprometida com a igualdade étnico-racial. Foram elas:

- ▶ Determinação política para incorporar os conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana¹;
- ▶ Busca na universidade de pesquisadores e especialistas em educação infantil e na temática étnico-racial;
- ▶ Criação de uma Câmara Técnica para Educação das Relações Étnico-raciais no Conselho Municipal de Educação;
- ▶ Elaboração de proposta de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- ▶ Definição de grupo de trabalho para elaboração das Diretrizes Municipais, baseadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com o objetivo de inseri-las nas redes pública e privada de ensino;
- ▶ Assessoria específica para acompanhar o projeto político-pedagógico das instituições de educação infantil, para que se introduza a temática a partir da realidade local;
- ▶ Introdução da temática no plano plurianual – PPA, prevendo em seu orçamento uma linha de trabalho com a temática da diversidade étnico-racial, incluindo formação de gestores e profissionais da educação infantil e aquisição de materiais;

1 Op. cit.





- ▶ Realização de discussões sobre a educação da diversidade étnico-racial no Conselho de Educação, especificamente para instituições filantrópicas ou particulares que buscam conveniamento como condição para concessão de alvará de abertura da instituição;
- ▶ Realização de discussões, para efeitos de supervisão escolar, sobre a educação da diversidade étnico-racial em todas as instituições de educação infantil municipais, inclusive as particulares e as conveniadas;
- ▶ Desenvolvimento de um *link* no portal da cidade para divulgar o trabalho realizado pelas assessorias especializadas na temática étnico-racial.

A formação de gestores e profissionais da educação infantil

A formação de gestores e profissionais da educação infantil foi apontada no estudo como ponto central para a implementação de práticas comprometidas com a igualdade étnico-racial. Alguns itens podem ser destacados:

- ▶ Garantia de cursos específicos sobre a educação da diversidade étnico-raciais para formação de professores e outros profissionais da educação infantil;
- ▶ Oferecimento de cursos com especialistas sobre escolha e seleção de livros e materiais pedagógicos, para dar cumprimento ao disposto na LDB 9.394/1996, alterada pela lei 10.639/2003;
- ▶ Participação de gestores das instituições de educação infantil no Conselho Municipal de Educação;
- ▶ Divulgação, nas reuniões do Conselho Municipal de Educação, do conteúdo dos eventos relacionados à promoção da igualdade racial, dos quais as instituições de educação infantil participaram.

“O mais importante foi a vontade política. Desejou-se que a cidade tivesse um trabalho voltado para a questão das relações raciais na escola, que tivesse um profissional especializado que pudesse acompanhar a rede municipal. Ocorreram congressos e cursos, que fizeram com que as pessoas fossem despertando para essa temática.”

Gestora de São Carlos, SP
Entrevista concedida
ao CEERT.





“A Secretaria de Educação, a direção, a coordenação da escola, os professores – todos ficaram muito mexidos em seus valores. Quando você começa a tratar do assunto racial, muitas pessoas se assustam porque elas vão começar a rever suas práticas, suas falas. Muitas vão se descobrir racistas, vão descobrir que discriminam – e isso é muito difícil.”

Diretora de escola de São Carlos, SP
Entrevista concedida ao CEERT.

O material pedagógico

O uso de material didático e paradidático foi destacado como recurso essencial na educação infantil, mas que exige reflexão e cuidado. Sobressaíram os seguintes pontos:

- ▶ Garantia de que os materiais pedagógicos adquiridos ou recomendados pela Secretaria Municipal de Educação (SME) contemplassem a diversidade, incluindo os negros e os indígenas e, ao mesmo tempo, garantindo-se que essas etnias não fossem representadas em situações negativas ou de forma estereotipada;
- ▶ Estímulo à produção de materiais pelas professoras, de modo a contemplar a diversidade local;
- ▶ Garantia do respeito e da representação da história cultural brasileira em seus aspectos artísticos e culturais em todos os materiais manipulados na instituição de educação infantil;
- ▶ Criação da Sala de Africanidades como local para pesquisa das escolas de educação infantil e da comunidade;
- ▶ Realização de oficinas temáticas na Sala de Africanidades para a reflexão sobre materiais didáticos ou paradidáticos ou para a construção deles;
- ▶ Compra de bonecas negras;
- ▶ Compra de materiais pedagógicos recomendados por especialistas na temática étnico-racial.

Interação com a sociedade

O diálogo e a integração entre as instituições de educação infantil e os diversos setores da sociedade foram apontados como recursos fundamentais para a obtenção de êxito nas práticas educativas para a igualdade racial. Os pontos citados para garantir uma gestão democrática e mecanismos de participação social foram:





- ▶ Participação de representantes da Secretaria Municipal de Educação na União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, assim como em encontros específicos para a discussão das relações étnico-raciais;
- ▶ Diálogos com o MEC e suas secretarias para o desenvolvimento de trabalhos relativos à questão étnico-racial;
- ▶ Presença de representantes da Secretaria Municipal de Educação em grupos de discussão sobre a implementação da LDB/Lei 10.639/2003;
- ▶ Participação em curso de extensão oferecido pela Universidade Federal de São Carlos – USFSCAR, com foco nas ações afirmativas e nos direitos humanos;
- ▶ Realização de seminários sobre o significado do dia 13 de Maio;
- ▶ Participação em eventos, sobretudo em 20 de novembro, com as mais variadas formas de expressão da cultura negra;
- ▶ Integração da participação e dos saberes das famílias nos diferentes eventos escolares;
- ▶ Divulgação, no site da cidade e em outros veículos como TV Educativa, jornal da cidade etc., do trabalho desenvolvido nas instituições de educação infantil.

“A assessoria étnico-racial da Secretaria da Educação começou a desenvolver projetos com as escolas, a trazer especialistas para conhecer as nossas unidades e fazer palestras com os professores. Hoje temos vários cursos em andamento sobre a diversidade.”

Gestora de São Carlos, SP
Entrevista concedida
ao CEERT.

Condições institucionais

Foram apresentadas algumas condições existentes nas instituições de educação infantil que favorecem a implementação de práticas de educação para a igualdade étnico-racial. Destacaram-se os seguintes aspectos:

- ▶ Existência de debates e mobilizações anteriores à promulgação da lei 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases;





“Vivemos numa comunidade, num bairro periférico, em que muitos têm esse tipo de problema racial. Mas também encontramos pessoas que não trabalham nessa linha, que não se importam com isso.”

Gestora de São Carlos, SP
Entrevista concedida
ao CEERT.

- ▶ Designação de um Assessor de Planejamento Pedagógico, com reconhecida formação, para atuar especificamente com a temática étnico-racial no âmbito da Secretaria Municipal da Educação;
- ▶ Valorização e socialização dos saberes das famílias, a respeito da temática étnico-racial;
- ▶ Criação do Conselho Municipal da Comunidade Negra, órgão que apresenta propostas e monitora a temática étnico-racial na cidade;
- ▶ Divulgação dos trabalhos realizados com a temática étnico-racial, especialmente aqueles com crianças de 0 a 3 anos.

Avaliação e monitoramento

Para os gestores e professores entrevistados, a avaliação e o monitoramento foram apontados como instrumentos importantes para a educação com vistas à igualdade étnico-racial. Ressaltaram-se os seguintes aspectos a serem assegurados por uma assessoria específica e pelo coletivo de funcionários da instituição infantil:

- ▶ Monitoramento sistemático feito pela sociedade civil, conselhos, movimento social organizado e movimento negro;
- ▶ Monitoramento feito por assessoria específica, de modo a garantir atenção nos conteúdos de materiais relativos ao tema na instituição de educação infantil;
- ▶ Divulgação na imprensa de projetos premiados;
- ▶ Garantia de que o trabalho com a temática étnico-racial faça parte do projeto pedagógico das instituições de educação infantil.





Capítulo 7

Contribuições para a implementação de políticas de valorização da diversidade étnico-racial na educação infantil



“A segunda consideração é que o texto, ora em construção, enfrenta o desafio de dialogar com conteúdos, currículo, materiais, gestão pública, marcos regulatórios, mercado editorial, ensino e pesquisa, ONGs e entidades do movimento negro, comunidades, famílias e protagonistas sociais, entre outros atores responsáveis pela concretização da educação tomada como direito público.”

Duas considerações demandam especial atenção. A primeira é que, na esfera da gestão pública e da implementação de direitos, entendemos como recomendável o uso da expressão *educação para a igualdade racial*, visto que expressa prontamente o direito que se busca alcançar, bem como o âmbito de responsabilidade do poder público, sem o que corremos o risco de focar a matéria como algo à margem da política educacional.

A segunda consideração é que o texto, ora em construção, enfrenta o desafio de dialogar com conteúdos, currículo, materiais, gestão pública, marcos regulatórios, mercado editorial, ensino e pesquisa, ONGs e entidades do movimento negro, comunidades, famílias e protagonistas sociais, entre outros atores responsáveis pela concretização da educação tomada como direito público.

Isso quer significar que, mais do que nunca, necessitamos de uma visão pragmática, capaz de ter como fundamento os aspectos conceituais e teóricos, mas, sobretudo, capaz de formular respostas para questões pendentes, cuja resolução afigura-se como um dos principais desafios que se antepõem ao avanço na implementação de políticas públicas e programas que revertam o papel da educação na manutenção da discriminação e das desigualdades raciais que ainda caracterizam a sociedade brasileira.

A seguir, apresentamos algumas das principais formulações:

Pressupostos

- ▶ A iniciativa – que pode ser denominada “diversidade na primeira idade”, “pluralidade na educação infantil” ou “promoção da igualdade na educação infantil” – deve contemplar as diferentes nuances da diversidade, isto é, cor/raça, sexo, religião, pessoas com deficiências e naturalidade (procedência, região), entre outras;





- ▶ As bases normativas (e éticas) devem ser agrupadas em um documento que poderia ser denominado “Marcos legais da pluralidade na educação infantil”, englobando os tratados e compromissos internacionais, legislação nacional, responsabilidades e competências administrativas das três esferas de governo; prerrogativas dos pais, das organizações sociais, do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Campo de incidência

A ação deve ser direcionada para:

- ▶ Conteúdos, materiais, brinquedos e recomendações para espaços físicos. Trata-se de necessidade, largamente constatada em todos os fóruns e entrevistas com professores e funcionários, de evitar a ausência e/ou escassez de “manuais”, digamos assim, para o tratamento do tema da diversidade na educação infantil. Entre outras iniciativas, deve-se considerar a organização de fontes bibliográficas, a disponibilização de materiais iconográficos, catálogos de materiais e brinquedos etc;
- ▶ Formação de educadores e funcionários, a partir de desenvolvimento de módulos, na modalidade presencial e à distância, com apoio de materiais educativos, incluindo vídeos e textos de orientação;
- ▶ Estímulo ao ensino e pesquisa, com ações voltadas para faculdades e instituições públicas de fomento à pesquisa, visando tanto a ampliação da produção de conhecimento como a inscrição do tema da diversidade nos currículos dos educadores;
- ▶ Co-responsabilização de estados e municípios, por meio da inserção de cláusulas de “pluralidade na educação infantil” em todos os editais, contratos e convê-





nios mantidos pelo MEC, sem prejuízo de iniciativas específicas e de parcerias com órgãos municipais voltados para a temática da diversidade;

- ▶ Realização de fóruns e parcerias com a sociedade civil, visando a conscientização dos pais e das organizações sociais e o comprometimento destas no esforço de implantação e monitoramento de uma política nacional;
- ▶ Garantia, nas definições de financiamento de toda e qualquer demanda referente à educação infantil, o drecorte da diversidade étnico-racial;
- ▶ Garantia, em todos os documentos e as iniciativas, de acesso a todas as crianças na faixa de 0 a 3, focalizando particularmente crianças negras, indígenas, portadores de deficiência etc.

Critérios para o estabelecimento de convênios e parcerias

Cabe lembrar que a gestão da política educacional de promoção da igualdade racial deve ser compartilhada pelos vários órgãos governamentais das três esferas do governo, além de parcerias com organizações da sociedade civil. Os principais critérios recomendados para o estabelecimento de convênios e parcerias são que a instituição apresente:

- ▶ Na **proposta pedagógica**, a determinação de promover a igualdade racial;
- ▶ No **quadro de pessoal**, a presença de profissionais pertencentes aos grupos discriminados;
- ▶ Em todos os **documentos** que se referiam às práticas pedagógicas, a determinação de assegurar tratamento igual a todas as crianças, por meio das relações sociais estabelecidas, bem como pelas atividades oferecidas;





- ▶ Nas **matrículas** efetivadas, a presença de pessoas negras, indígenas e brancas proporcional à composição da população da região ou do bairro;
- ▶ Nos **materiais pedagógicos**, a presença positiva e digna de todos os grupos étnico-raciais presentes no país;
- ▶ Na **biblioteca**, na **brinquedoteca** e em outros **espaços comuns** da instituição, a diversidade étnico-racial;
- ▶ Nos **materiais de comunicação**, a presença de todos os grupos étnico-raciais;
- ▶ Na **alimentação escolar**, a presença de ingredientes ligados a todos os grupos étnico-raciais;
- ▶ Na organização do **espaço físico**, a inclusão de alimentos relacionados aos diferentes grupos que compõem a população brasileira.

“A avaliação deverá ser periódica, para que seus resultados possam auxiliar os gestores no aperfeiçoamento das ações. Estes resultados deverão ser amplamente divulgados, permitindo e potencializando a participação da sociedade civil.”

O monitoramento e a avaliação da gestão escolar

É importante destacar que o **monitoramento** da política educacional de promoção da igualdade racial exigirá dos órgãos articuladores, em permanente diálogo com a sociedade civil, a capacidade de acompanhamento das ações realizadas pelas instituições de educação infantil. De outra parte, a estas caberá o compromisso de disponibilizar sistematicamente as informações referentes aos avanços, às conquistas e às dificuldades encontradas no curso da execução das políticas.

Da mesma forma que o monitoramento, a **avaliação** exigirá a pactuação de indicadores específicos para cada ação. Os indicadores escolhidos deverão ser capazes de mensurar o impacto da ação sobre a realidade à qual é dirigida.

A avaliação contemplará também a investigação do impacto global da política educacional, compreendido como o





efeito agregado de todas as ações, por meio de indicadores das grandes dimensões da desigualdade racial.

Cabe aos gestores e à sociedade como um todo contribuírem com seu acúmulo de conhecimento sobre a temática étnico-racial, instrumentalizando as professoras, oferecendo conteúdos, identificando práticas, programas e ações desejáveis que preparem as crianças para a convivência respeitosa e a valorização da diversidade.

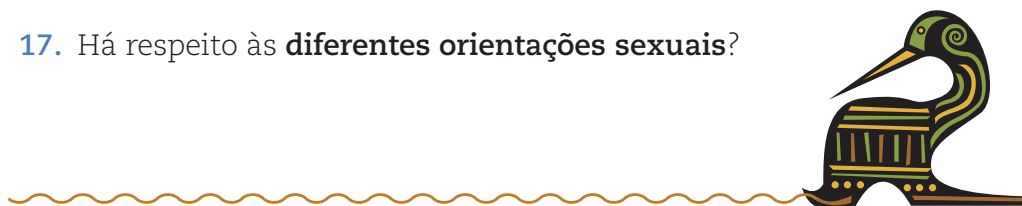
Nesse sentido, recomendamos algumas questões que devem ser discutidas:

1. Há ciência e divulgação dos **marcos legais** referentes à cidadania e aos direitos humanos?
2. Os programas e ações levam em consideração aos **marcos legais**, internos e internacionais, que situam a diversidade como princípio norteador da educação, inclusive a infantil?
3. Ao organizar **propostas pedagógicas**, a instituição estabelece diretrizes para valorizar a diversidade e coibir a discriminação étnico-racial, de gênero e de pessoas com deficiências?
4. O **planejamento** valoriza a diversidade e coíbe a discriminação étnico-racial, de gênero e das pessoas com deficiências?
5. O **espaço físico** é planejado de modo a valorizar a diversidade e coibir a discriminação étnico-racial, de gênero e das pessoas com deficiências?
6. Os **livros para professores e alunos** possibilitam o trabalho com referenciais de diferentes culturas, especialmente a negra e a indígena?
7. Existem **brinquedos** e **objetos lúdicos**, especialmente bonecos, com diferentes características étnico-raciais?





8. Há um **especialista**, com formação reconhecida, na temática étnico-racial que supervisione a instituição?
9. Os **cursos, seminários e palestras** de que os profissionais participam contemplam a diversidade?
10. Há **cursos específicos** sobre diversidade étnico-racial?
11. Há **produção e divulgação de material** relacionado ao tema da diversidade?
12. Há suporte para que todas as crianças tenham **sucesso em seu processo de inserção**, independentemente das diferenças de classe social, cor/raça, gênero e deficiências?
13. As crianças têm oportunidade de **conviver com pessoas** (crianças e adultos) de **diferentes idades**?
14. Há estímulo para a **formação de grupos de estudo e de trabalho** sobre o tema diversidade?
15. As **orientações curriculares** adotadas dirigem-se à diversidade étnico-racial?
16. Os **grupos de cultura negra e indígena existentes na comunidade** são convidados a participar das atividades?
17. Há respeito às **diferentes orientações sexuais**?



GLOSSÁRIO

Assimilação – Processo de interpretação e fusão de culturas (tradições, sentimentos, estilos de vida) em apenas um tipo cultural comum.

Creche – Na legislação vigente, estabelecimento educacional que atende crianças de 0 a 3 anos. Na realidade brasileira, *creche*, culturalmente, é uma denominação utilizada para estabelecimentos que atendem crianças de 0 a 6 anos, geralmente em jornada integral e de comunidades pobres.

Criança – Sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Nessas condições, ela faz amizades, brinca com água ou terra, faz-de-conta, deseja, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura (retirado do Parecer CNE/CEB 20, de 11 de novembro de 2009).

Discriminação racial – Ação que leva à exclusão de certos grupos em função de seu pertencimento étnico-racial.

Educação infantil – Primeira etapa da educação básica, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. É oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Estereótipo – Representação clichê.

Estigma – Aquilo que marca, que assinala, em geral, de forma infamante e vergonhosa.

Etnia – Conjunto de dados culturais – língua, religião, costumes alimentares, comportamentos sociais – mantidos por grupos humanos. Desconsiderando quaisquer identidades baseadas em aparência, cor da pele ou procedência geográfica, o conceito de *etnia* baseia-se em atributos culturais compartilhados por membros de determinado agrupamento humano. Os grupos indígenas, os ciganos, a comunidade judaica e a comunidade islâmica, entre outras, podem ser citados como exemplos de grupos étnicos.

Identidade – Característica central do sujeito, formada a partir da assimilação ou da apropriação, em momentos-chave de seu desenvolvimento, dos aspectos, atributos ou traços dos seres humanos que o cercam.

Igualdade racial – Condição em que todas as raças ou etnias têm acesso equivalente aos bens materiais e imateriais produzidos por uma sociedade.

Infância – Tempo social formado por um grupo específico – crianças com idade até 12 anos – que produz e reproduz a vida social.

Instituição de Educação Infantil – Independentemente das nomenclaturas diversas que adotam (creches, pré-escolas, centros de educação infantil, escolas de educação infantil, núcleo integrado de educação infantil, unidade de educação infantil ou nomes fantasias), são espaços de educação coletiva para crianças de até 5 anos de idade.

Intolerância – Sistema de ideias e/ou ações daqueles que não admitem opiniões divergentes das suas, em questões sociais, políticas ou religiosas.

Método – Conjunto de princípios e regras, organizado, lógico e sistemático, que orienta o modo de realizar algo de acordo com determinado plano.

Metodologia – Ramo da Lógica que se ocupa dos métodos de investigação e pesquisa das diferentes ciências, identifican-



GLOSSÁRIO

do e analisando suas características, capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticando os pressupostos ou as implicações de sua utilização.

Pessimismo racial – Expressão que indica descrença, por parte dos que atuam na educação, na capacidade intelectual da criança negra ou indígena.

Políticas universalistas – Políticas públicas que alegam atender a todos, sem levar em conta necessidades especiais de determinados grupos da população.

Prática pedagógica – Escolha política, individual ou coletiva, que pressupõe intencionalidade em todos os seus momentos. Sendo um trabalho de profissionais, se exige que a prática pedagógica seja conduzida por percepções que considerem objetivos e intenções em todas as suas ações¹.

Preconceito – Sistema ideológico anterior à experiência e que, muitas vezes, leva a ações discriminatórias.

Pré-escola – Estabelecimento educacional que atende crianças de 4 e 5 anos.

Projeto pedagógico – Também chamado de *proposta pedagógica*, é um instrumento de caráter geral, que apresenta as finalidades, concepções e diretrizes do funcionamento da escola, a partir das quais se originam todas as outras ações escolares. Não há um padrão de proposta pedagógica que atenda a todas as escolas, pois cada unidade escolar está inserida em contexto próprio, determinado por suas condições materiais e pelo conjunto das relações que se estabelecem em seu interior e entorno social. Assim, cada escola deve desenvolver o seu modelo, aquele que melhor expressa sua identidade e seu compromisso com o aluno, com a comunidade, com a educação.

Projeto político pedagógico – Instrumento técnico-político utilizado com base no princípio da escola autônoma, que pressupõe a descentralização administrativa e a autonomia financeira da escola. O projeto político pedagógico (PPP) con-

¹ Steining, Isabela Jane.
A prática pedagógica nas instituições de educação infantil: um estudo de caso sobre o que indicam as professoras. Florianópolis: UFSC e Prefeitura Municipal de Florianópolis.





tém a definição do conteúdo que deve ser ensinado e o que deve ser aprendido na escola. Ele caracteriza-se, principalmente, por expressar os interesses e necessidades da sociedade e por ser concebido e construído com base na realidade local e com a participação conjunta da comunidade. O projeto político pedagógico passou a ter importância a partir de meados da década de 90, quando o MEC passou a transferir recursos financeiros diretamente para as unidades escolares, de acordo com os princípios da descentralização e da escola autônoma, estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

Raça – O termo **raça**, ao menos sob o prisma científico-biológico, é inapropriado para aplicação a seres humanos. A despeito de não ter validade científica, a ideia de raça integra o senso comum como construção histórico-social, sobretudo nas sociedades nas quais a raça (cor) das pessoas tenha influência na distribuição das oportunidades e dos lugares sociais. Desse modo, a impropriedade científica do uso da categoria raça para a classificação de seres humanos não impede que os indivíduos sejam socialmente tratados a partir de seus atributos raciais, o que exige que as políticas de diversidade, para fins de promover a igualdade, levem em conta a ideia de raça.

Racismo – Sistema de ideias que leva a comportamentos excludentes em relação a raças ou etnias.

Resistência – Processo que designa um conjunto de reações que criam obstáculos ao desenvolvimento de certas ações ou ideias.

Técnica – Procedimento ou o conjunto de procedimentos que tem como objetivo obter determinado resultado, seja no campo da ciência, da tecnologia das artes ou em outra atividade.



Bibliografia sobre educação

- AQUINO, Filho Grappa (org.). *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas*. São Paulo: Summus, 1998.
- AGOSTINHO, Cristina; CARVALHO, Rosa Margarida de. *Alfabeto negro: a valorização do povo negro no cotidiano da vida escolar*. Belo Horizonte: Mazza, 2001.
- ANDRADE, Elaine Nunes (org.). *Rap é educação*. São Paulo: Summus, 1999.
- BARBOSA, Lúcia; SILVA, Petronilha B. Gonçalves (orgs.). *O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do movimento negro*. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 1997.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Cidadania em preto e branco: discutindo as relações raciais*. São Paulo: Ática, 1998.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Núbia Rumo ao Egito*. São Paulo: FTD, 2009.
- _____, e CARONE, Iray (orgs.). *Psicologia social do racismo - estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BERND, Zilá. *Racismo e anti-racismo*. São Paulo: Moderna, 1997.
- CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao fracasso escolar – racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2003, 2ª ed.
- _____, (org). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando a nossa escola*. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2001.
- FONSECA, Marcos Vinícius. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). *Brasil afrobrasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, 2ª ed.
- GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza, 1995.
- _____, ; SILVA, Petronilha B. Gonçalves (orgs.). *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- GONÇALVES, Luis Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Gonçalves e. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- GUIMARAES, Maria Eduardo Araújo. *Do samba ao rap. A música negra no Brasil* (dissertação de mestrado em Sociologia). Campinas: Unicamp, 1998.
- HENRIQUES, R. *Raça e gênero nos sistemas de ensino*. Brasília: Unesco, 2002.
- KABENGELE, Munanga (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.
- LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse (orgs.) *As ideias racistas, os negros e a educação*. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, Atilende, 2002, 2ª ed.
- _____, ; SILVEIRA, Sonia Maria (orgs.). *Os negros, os conteúdos escolares e a diversidade cultural I e II*. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, 1998.
- LIMA, Maria Nazaré Mota de. *Escola plural: a diversidade está na sala*. São Paulo: Cortez, 2005.
- LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *A África na escola brasileira - Relatório do 1º Fórum Estadual*



sobre o Ensino da História das Civilizações Africanas na Escola Pública (Rio de Janeiro, junho-agosto de 1991). Brasília: Senado Federal, 1991.

NASCIMENTO, Maria Letícia B. P. *Creche e família na constituição do eu: um estudo sobre as imagens e as representações de crianças no terceiro ano de vida na cidade de São Paulo* (tese de doutorado em Educação). São Paulo: USP, 2003.

OLIVEIRA, Iolanda (org.). *Relações raciais e educação: temas contemporâneos*. Cadernos PENESB. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2002.

OLIVEIRA, R. *Relações raciais na escola: uma experiência de intervenção*. (dissertação de mestrado). São Paulo: PUCSP, 1992.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *A liberdade por um fio: a história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SILVA, Ana Célia. *A desconstrução da discriminação no livro didático*. Salvador: Edufba, 2001.

SILVA Jr., Hédio. *Anti-racismo: coletânea de leis brasileiras (federais, estaduais, municipais)*. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

SILVA Jr., Hédio. *Direito de Igualdade Racial: aspectos constitucionais, civis e penais: doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

_____. *Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais*. Brasília: UNESCO, 2002.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. ; LESSARD. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, 2ª ed.

_____. ; GAUTHIER, C. *Formação dos professores e contextos sociais*. Porto, Portugal: Rés Editora, 2001.

Universidade de São Paulo. Núcleo de Estudos da Violência. *Versão preliminar do décimo primeiro relatório periódico relativo à convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial*. São Paulo: NEV, 2001.

Bibliografia sobre educação infantil

ALMEIDA, Gercilga de. *Bruna e a Galinha D'Angola*. São Paulo: Pallas, 2000.

BARBOSA, M. C. S. *Por amor e por força: rotinas na educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARBOSA, Maria Carmen S. & HORN, Maria da Graça S. *Projetos pedagógicos na educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BARBOSA, Rogério Andrade. *Histórias africanas para contar e recontar*. São Paulo: Editora do Brasil, 2001.

BELÉM, Valéria. *O cabelo de Lele*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BONDIOLI, A. (Org.). *O projeto pedagógico da creche e sua avaliação*. Campinas: Autores Associados, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*. Brasília, DF: MEC; SEF; DPEF; COEDI, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Nacionais de Qualidade*. Brasília, DF: MEC; SEF; DPEF; COEDI.



FONTES MÚLTIPLAS SOBRE A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Básicos de Infraestrutura*. Brasília, DF: MEC; SEF; DPEF; COEDI.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*. Brasília, DF: MEC; SEF; DPEF; COEDI.

COSTA, Madu. *Meninas negras*. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

CRUZ, S.H.V. (org.). *A criança fala*. São Paulo: Cortez, 2008.

COHN, C. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CORSARO, W. *The sociology of childhood*. Califórnia: Pine Forge, 1997.

DAHBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. *Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DIOUF, Sylviane A. *As tranças de Bintou*. São Paulo: CosacNaify, 2004.

EDWARDS, Carolyn.; GANDINI, L.; FORMAN, G. *As cem linguagens da criança*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FIQUEIRA, Vera Moreira. Pesquisa: preconceito racial na escola. *Revista Estudo Afro-Asiáticos*, nº 18, maio de 1990.

FORTUNATI, Aldo. *A educação infantil como projeto da comunidade*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GODOY, Célia. *Ana e Ana*. São Paulo: DCL, 2003.

GONÇALVES, Luiz Alberto O. *O silêncio: um ritual pedagógico em favor da discriminação racial* (dissertação de mestrado em educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1985.

GOUVEA, M.C.; SARMENTO, M.J. (orgs.). *Estudos sobre a infância*. São Paulo: Vozes, 2008.

HERNANDEZ, F. As informações nos servem para aprender e nos provocar novas interrogações. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LESTER, Julius. *Que mundo maravilhoso*. São Paulo: Brinque-Book, 2000.

LODY, Raul. *Seis pequenos contos africanos sobre a criação do mundo e do homem*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

MARTINS, Adilson. *O papagaio que não gostava de mentiras e outras fábulas africanas*. São Paulo: Pallas, 2008.

MACHADO, Maria L. (org.). *Encontros e desencontros na educação infantil*. São Paulo, Cortez, 2002.

MARTINS, Adilson. *Erinlé: o caçador e outros contos africanos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

PAIXÃO, Marcelo. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PARR, Todd. *Tudo bem ser diferente*. São Paulo: Panda Books, 2002.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Os reizininhos de congo*. São Paulo: Paulinas, 2007.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Histórias trazidas por um cavalo-marinho*. São Paulo: Paulinas, 2007.

PINTO, Neusa Baptista. *Cabelo ruim? – a história de três meninas aprendendo a se aceitar*. Cuiabá. Tanta Tinta, 2007.

RODRIGUES, Martha. *Que cor é a minha cor?* Belo Horizonte: Maza, 2006.





ROSA, Sonia. *O menino Nito: Então, homem chora ou não?* São Paulo: Pallas, 2002.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil: classe, raça e gênero. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº 96, p. 3-86, 1996.

_____. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, nº 107, p. 7-40, 1999.

SARTI, C. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.

SAVAGET, Luciana. *Morrendo de rir*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SILVA, Ana Célia da. *Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro didático de comunicação e expressão de primeiro grau nível 1* (dissertação de mestrado em educação). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1988.

SILVA, A. L.; MACEDO, A. V. S. L.; NUNES, A. (orgs.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global, FAPESP, 2002.

SILVEIRA, Marly de Jesus. *Educação, diferenças e desigualdade: o papel da escola neste enfrentamento* (tese de doutorado). São Paulo: IPUSP, 2002.

VALÁRIA, Belém. *O cabelo de Lelê*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

VASCONCELLOS, V. M. R. & SARMENTO, M. J. (orgs.). *Infância (in)visível*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.

Bibliografia sobre cultura afro-brasileira e africana

BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; GONÇALVES, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Valter (orgs.). *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: Edufscar, 2003.

CASCUDO, Luis Câmara. *Made in África*. São Paulo: Global, 2001.

CUNHA Jr., Henrique. *Tear africano: contos afrodescendentes*. Belo Horizonte: Selo Negro, 2004.

CUTI & FERNANDES, Maria das Dores. *Consciência negra do Brasil: os principais livros*. Belo Horizonte: Mazza, 2002.

FREIRE, Paulo & GUIMARÃES, Sergio. *África ensinando a gente*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

Guia Brasileiro de fontes para a História da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual. Frente Arquivística/Coordenação do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional / Departamento de Imprensa Nacional, 1988.

HAMPÂTÉ BA, Amadou. *Amkoullel, o menino fula*. São Paulo: Pallas Athena e Casa das Áfricas, 2003.

LEITE, Fábio. A questão da palavra em sociedades negro-africanas. In: SANTOS, Joana Elbein dos (org.). *Democracia e diversidade humana: desafio contemporâneo*. Salvador: Secneb, 1992.

_____. Valores civilizatórios em sociedades negro-africanas. In: *África Revista do Centro de Estudos Africanos da USP*. São Paulo: CEA/FFLCH/USP, 2000.



LONG, Jussara da Silva; GANDARA, Regina Gonçalves (orgs.). *Catálogo de teses e dissertações: 1980-1994*. Rio de Janeiro: ENSP, 1994, 2ª ed.

LOVEJOI, Paul. *A escravidão na África: uma de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MELTZER, Milton. *A história ilustrada da escravidão*. São Paulo: Ediouro, 2004.

MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré; Anpocs, Brasília: CAPES, 1999.

MIRANDA, Cláudia; AGUIAR, Francisco Lopes de; DI PIERRO, Maria Clara (orgs.). *Bibliografia básica sobre relações raciais e educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MOKHTAR, G. *História geral da África*. Brasília: Unesco, 1983.

MUNANGA, Kabenguele. *100 anos de bibliografia sobre o negro no Brasil: volumes I e II*. São Paulo: Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo/Fapesp/CNPq, 2000.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *A África na escola brasileira*. Rio de Janeiro: Ceafro, 1993.

O que você pode ler sobre o negro. Núcleo de Estudos Negros NEN/Programa de Educação. Rio de Janeiro: Fundação Ford/Ashoka, 1998.

ROCHA, Maria José & PANTOJA, Selma. *Rompendo silêncios: História da África nos currículos da educação básica*. Brasília: Seppir, 2003.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Gosto de África – histórias de lá e daqui*. Rio de Janeiro: Global, 2000.

SERRANO, Carlos; MUNANGA, Kabenguele. *A revolta dos colonizados – o processo de descolonização e as independências da Ásia e da África*. São Paulo: Atual, 1995.

Filmes sobre a temática da discriminação e/ou da promoção da igualdade étnico-racial

A relação de vídeos, a seguir, integra a Coleção Negros do projeto Cinema e Vídeo Brasileiro nas Escolas e foi selecionada pelo critério de facilidade de acesso. São filmes nacionais que abordam diferentes aspectos da inserção do negro na sociedade brasileira.

A negação do Brasil. Direção: Joel Zito de Araújo. Casa de Criação Produção, 2001.

Assalto ao trem pagador. Direção: Roberto Farias. Brasília: Funarte/Decine, 1962.

Atlântico negro – na rota dos orixás. Direção: Renato Barbieri. São Paulo: Itaú Cultural, 1998.

Filhas do vento. Direção: Joel Zito Araújo. Rio de Janeiro: Asa, 2005.

Irê Ayó – em busca de uma pedagogia nagô. Salvador: Play, 2003.

Kiriku e a feiticeira. Direção: Michel N'Dour. França/Bélgica: Cult Filmes, 1998.

Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida (1695-1995). Direção e roteiro: Edna Cristina. Brasília, Fundação Cultural Palmares, 1995.

Minoria absoluta. Direção: Artur Autran. São Paulo: Eca, 1994.

Narciso Rap. Direção: Jeferson De. São Paulo: Prefeitura de São Paulo / Secretaria Municipal de Educação / Projeto Vida, 2004.

O catedrático do samba. Direção: Noel Carvalho. Campinas: CPC-UMES e Departamento de Multimeios – Unicamp, 1999.





O povo brasileiro – Brasil crioulo e matriz afro. Direção: Isa Ferraz. São Paulo: 2000.

O rap do pequeno príncipe contra as almas sebosas. Direção: Paulo Caldas e Marcelo Luna. Rio de Janeiro: Riofilmes, 2000.

Paixão e guerra no sertão de Canudos. Direção: Antonio Olavo. Salvador: Portofolium, 1994.

Preto contra branco. Direção: Vagner Morales. Co-produção: Wagner Perez Morales Júnior/ Pólo de Imagem. São Paulo: Fundação Padre Anchieta - TV Cultura.

Quando crioulo dança? Direção: Dilma Lóes. Brasília: Redeh/Unesco/Cedm/Caces/MEC/ Secretaria de Educação Fundamen-tal, 1999.

Retrato em preto e branco. Roteiro e direção: Joel Zito Araújo. São Paulo: CEERT.

Rompendo o silêncio – desconstruindo racismo e violência na escola. Coordenação geral: Elza Berquó. Brasília: Guela, 2003.

Visões de liberdade. São Paulo: TV Cultura, 1988.

Vista minha pele. Direção: Joel Zito Araújo. São Paulo: CEERT, 2004.

Xica da Silva. Direção: Cacá Diegues. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 1976.

Onde encontrar os vídeos

2001 Vídeo Locadora – www.2001video.com.br

Tel.: 0800-11-2001

Associação Cultural Cachuera – cachuera@cachuera.org.br

Tel.: (11) 3872-8113

Funarte/Decine – www.decine.gov.br / video.decine@funarte.gov.br

Tel.: (21) 2580-3386

Instituto Itaú Cultural – www.itaucultural.org.br

Tel.: (11) 3268-1777

Riofilme – www.rio.rj.gov.br/riofilme/videoriofilme@pcrj.rj.gov.br

Tel.: (21) 2220-7090

TV Cultura – Vídeo Cultura – www.videocultura.com

Tel.: (11) 4154-8484

VídeoFau – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP – videofau@usp.br

Tel.: (11) 3091-4524

Centros de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros

O Uniafro – iniciativa conjunta das Secretarias de Educação Superior e de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad / MEC) –, em cumprimento ao acordo de cooperação entre o Ministério da Educação (MEC) e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neabs), firmaram acordo para a realização do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior.



Com os recursos, os Neabs desenvolverão linhas de ações para a formação de professores e profissionais da educação, nas áreas de história e cultura afro-brasileira; incentivos à produção de material didático-pedagógico e apoio a iniciativas institucionais destinadas ao acesso e à permanência de estudantes negros no ensino superior.

Alagoas

Universidade Federal de Alagoas
Tel./Fax: (82) 336-3885 / neab@fapeal.br / www.neab.ufal.br

Bahia

Universidade Federal da Bahia / Centro de Estudos Afro-Orientais / Fábrica de Ideias
Tel./Fax: (71) 322-6813 - fabrica@ufba.br
Universidade do Estado da Bahia – UNEB / Centro de Estudos das Populações Afro-Índio-Americanas
Tel.: (71) 3241-0787

Piauí

Universidade Federal do Piauí Ifarada / Resistência pelo Conhecimento / Núcleo de Pesquisa sobre Africanidades e Afrodescendência
ifarada@mailbr.com.br, ifarada@ieg.com.br

Rio de Janeiro

Universidade Cândido Mendes / Centro de Estudos Afro-Brasileiros
Tel.: (21) 2516-2916 / Fax: (21) 2516-3072
www.candidomendes.br/ceaa
Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF / Centro Negro
Tel.: (22) 2726-5166

São Paulo

Universidade de São Paulo / Centro de Estudos Africanos
Tel.: (11) 3091-3744 / cea@edu.usp.br

Paraná

Universidade Federal do Paraná – UFPR
Tel.: (41) 363-5365
Universidade Estadual de Londrina – UEL / Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos
mnilza@uel.com.br / Tel.: (43) 3327-6957

Brasília

UNB - Universidade de Brasília
Tel.: (61) 307-2936

Tocantins

Universidade Federal de Tocantins – UFT / NEAI – Núcleo de Assuntos e Estudos Indígenas
Tel.: (63) 9971-9914

Rio Grande do Sul

Universidade do Rio Grande do Sul – UERGS / Laboratório Étnico Afro- Brasileiro
juliobernardes@superig.com.br/instituto.julio-bernardes@uergs.edu.br
Tel.: (51) 3288-9000





ORGANIZAÇÕES NEGRAS E INSTITUIÇÕES QUE SE DEDICAM AO TEMA DA EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

Organizações negras e instituições de defesa da igualdade racial

ABC Sem Racismo – SP – <http://www.afropress.com/links.htm>

Afrobrás – SP – www.afrobras.com.br

Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), entidade nacional –
www.articulacaodemulheres.org.br

Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, entidade nacional –
www.mulheresnegras.org.br

Associação Criola – RJ – www.criola.org.org

Associação Cultural de Mulheres Negras (Acmun) – RS – www.acmun.com.br

Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos (CCMN) – SP – www.ccmnegra.org.br

Ceafo – BA – www.ceafo.ufba.br

Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) – RJ –
www.portalceap.org.br

Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa) – PA – www.cedenpa.cjb.net

Centro de Estudos Afro-Asiáticos (Cea) – RJ – www.ucam.edu.br/ceaa

Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) – SP –
www.ceert.org.br

Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra – Afro Brasil – DF –
www.afrobrasil.palmares.gov.br

Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro – Cidan – RJ –
www.cidan.org.br

Coordenadoria Especial para assuntos da População Negra (Cone) – SP –
http://portal.prefeitura.sp.gov.br/cidadaniaconselhosecoordenadorias/coordenadoria_negro/0002

Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CPDCN) – SP –
www.conselhos.sp.gov.br/comunidadenegra

Fala Preta! – SP – www.falapreta.org.br

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) – RJ – www.fase.org.br

Fundação Cultural Palmares – DF – www.palmares.gov.br

Geledés – Instituto da Mulher Negra – SP – www.geledes.com.br

Grupo Cultural Afro Reggae (GCAR) – RJ – www.afroreggae.org.br

Ilê Aiyê – BA – www.ileaiye.com.br

Instituto do Negro Padre Batista (Inpb) – SP – www.inpb.com.br





Instituto Sindical Interamericano Pela Igualdade Racial (Inspir) – SP – www.inspir.org.br

Instituto Cultural Steve Biko – BA – www.stevebiko.org.br

Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras – RS – www.mariamulher.org.br

Movimento de Mulheres Negras de Sorocaba (Momunes) – SP –
www.momunes.hpg.com.br

Núcleo de Estudos Negros – NEN – SC – www.nen.org.br

Quilombhoje – SP – www.quilombhoje.com.br

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) – DF –
www.planalto.gov.br/seppir

União de Negros pela Igualdade (Unegro) – www.unegro.org.br

Sites estatísticos

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) – www.seade.gov.br

Fundo das Nações Unidas para a Infância –
www.unicef.org.br

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) – www.ibase.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –
www.ibge.gov.br

Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc) –
www.inesc.org.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA –
www.ipea.gov.br

Observatório Afro-Brasileiro –
www.observatorioafrobrasileiro.org

Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura – www.unesco.org.br

Páginas eletrônicas sobre a temática étnico-racial

Afirma – www.afirma.inf.br

Arquivo Nacional – www.arquivonacional.gov.br

Beleza Negra – www.belezanegra.com

Casa de Cultura da Mulher Negra –
www.casadeculturadamulhernegra.org.br

Cultura Afro Br – www.culturaafrobr.hpg.ig.com.br

Escravidão Negra – www.segal1945.hpg.com.br

Escravidão Online – www.escravidaoonline.kit.net





Federação de Resistência da Cultura Afro-Brasileira –
www.frecab.hpg.ig.com.br

Gt Negros: História Cultura e Sociedade –
www.gtnhcsanpuh.hpg.com.br

Histórico da Origem Africana – www.terrabrasileira.net

Instituto Orunmila de Cultura e Educação – IOCe –
www.ioce.org.br

Melanina.org – www.melanina.org

Mulheres Negras – do Umbigo para o Mundo –
www.mulheresnegras.org

MulherNegra.com – www.mulhernegra.com

Mundo Negro – www.mundonegro.com.br

Museu Afro-Brasileiro – www.ceao.ufba.br/mafro/

Nossa Negritude – www.nossanegritude.com.br

Núcleo de Estudos sobre Saúde e Etnia Negra – NESEN –
www.uff.br/nepae/NESEN.htm

Página Negra – Pane – www.panepaginaneegra.kit.net

Portal Afro – www.portalafro.com.br

Quilombos de Ontem e de Hoje –
www.peacelink/zumbi/afro/quilombo.html

Sobá Livros e CD's alternativos –
www.sobalivros.hpg.com.br

FONTES MÚLTIPLAS SOBRE A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL







linda por cima, a mãe
quis de fazer
tranças no cabelo dela
e enfiar um laço de fita
grossa das terras da África, ou uma
bola de barro do Leste.



ANEXO

Extratos da Declaração e do Programa de Ação da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban/África do Sul, em 2001.

Declaração

Parágrafo 97 - Enfatizamos os vínculos entre o direito à educação e a luta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e o papel essencial da educação, incluindo a educação em direitos humanos e a educação que reconheça e que respeite a diversidade cultural, especialmente entre as crianças e os jovens na prevenção e na erradicação de todas as formas de intolerância e discriminação.

Programa de Ação

Parágrafo 10 - Insta os Estados a assegurarem o acesso à educação e a promoverem o acesso a novas tecnologias que ofereçam aos africanos e afrodescendentes, em particular a mulheres e crianças, recursos adequados à educação, ao desenvolvimento tecnológico e ao ensino à distância em comunidades locais; ainda, insta os Estados a promoverem a plena e exata inclusão da história e da contribuição dos africanos e afrodescendentes no currículo educacional;

Parágrafo 117 - Insta os Estados a trabalharem com outros órgãos pertinentes, a comprometerem recursos financeiros para a educação antirracista e para campanhas publicitárias que promovam os valores de aceitação e tolerância, diversidade e respeito pelas culturas de todos os povos indígenas que moram dentro das fronteiras nacionais. Em especial, os Estados devem promover um entendimento preciso da história e das culturas dos povos indígenas;

Parágrafo 118 – Insta as Nações Unidas, outras organizações internacionais e regionais e os Estados a compensarem a minimização da contribuição da África para a história do mundo e da civilização através do desenvolvimento e implementação de programas de pesquisa, educação e comunicação de massa abrangentes e específicos para disseminarem de forma ampla uma visão equilibrada e objetiva da importante e valiosa contribuição da África para a humanidade;





Parágrafo 119 – Convida os Estados, as importantes organizações internacionais e as organizações não-governamentais a congregarem esforços no projeto **Rota dos escravos**, da UNESCO, assim como o seu tema **Rompendo o silêncio**, através do desenvolvimento de textos e testemunhos, criando programas ou centros de multimídia sobre a escravidão, que irão coletar, registrar, organizar, exibir e publicar os dados existentes que guardem relação com a história da escravidão e os tráficos de escravos transatlântico, mediterrâneo e do Oceano Índico, com particular atenção aos pensamentos e ações das vítimas da escravidão e do tráfico escravo e sua busca por liberdade e justiça;

Parágrafo 120 – Parabeniza os esforços da UNESCO dentro da estrutura do projeto **Rota dos escravos**, e solicita que os resultados sejam disponibilizados para a comunidade internacional, tão logo seja possível;

Parágrafo 121 – Insta os Estados a comprometerem-se a assegurar o acesso à educação, incluindo o acesso gratuito à educação fundamental para todas as crianças, tanto para meninas quanto para meninos, e o acesso à educação e aprendizado permanente para adultos, baseado no respeito aos direitos humanos, à diversidade e à tolerância, sem discriminação de qualquer tipo;

Parágrafo 122 – Insta os Estados a assegurarem igual acesso à educação para todos, na lei e na prática, e para absterem-se de qualquer medida legal ou outras que levem à segregação racial imposta sob qualquer forma no acesso à educação;

Parágrafo 123 – Insta os Estados a:

- a) Adotarem e implementarem leis que proíbam a discriminação baseada em raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica em todos os níveis de educação, tanto formal quanto informal;
- b) Tomarem todas as medidas necessárias para eliminar os obstáculos que limitam o acesso de crianças à educação;
- c) Assegurarem que todas as crianças tenham acesso, sem discriminação, à educação de boa qualidade;
- d) Estabelecerem e implementarem métodos padronizados para medir e acompanhar o desempenho educacional de crianças e jovens em desvantagem;
- e) Comprometerem recursos para eliminar, onde existam, desigualdades nos rendimentos educacionais para jovens e crianças;





ANEXO

- f) Apoiarem os esforços que assegurem ambiente escolar seguro, livre da violência e de assédio motivados por racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; e a
- g) Considerarem o estabelecimento de programas de assistência financeira desenhados para capacitar todos os estudantes, independentemente de raça, cor, descendência, origem étnica ou nacional a frequentarem instituições educacionais de ensino;

124 – Insta os Estados a adotarem, onde seja aplicável, medidas apropriadas para assegurar que pessoas pertencentes às minorias nacionais, étnicas, religiosas e linguísticas tenham acesso à educação sem discriminação de qualquer tipo e, quando possível, tenham oportunidade de aprender sua própria língua a fim de protegê-las de qualquer forma de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata a que possam estar sujeitas;

Parágrafo 127 – Insta os Estados a intensificarem seus esforços no campo da educação, incluindo a educação em direitos humanos, a fim de promoverem o entendimento e a conscientização das causas, consequências e males do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e, também, recomenda aos Estados e incentiva as autoridades educacionais e o setor privado a desenvolverem materiais didáticos, em consulta com autoridades educacionais e o setor público, incluindo livros didáticos e dicionários, visando ao combate daqueles fenômenos; neste contexto, exorta os Estados a darem a importância necessária à revisão e à correção dos livros-textos e dos currículos para a eliminação de quaisquer elementos que venham a promover racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata ou a reforçar estereótipos negativos, e para incluírem material que refute tais estereótipos.

